

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE APUCARANA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

JANINE BARBOSA DE OLIVEIRA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PLANEJAMENTO
EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS**

**APUCARANA, PR
2024**

JANINE BARBOSA DE OLIVEIRA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PLANEJAMENTO
EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (Profei) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Eliane Paganini da Silva

**APUCARANA, PR
2024**

O48f

Oliveira, Janine Barbosa de
Formação de professores e o planejamento educacional individualizado:
práticas e perspectivas // Janine Barbosa de Oliveira -- Apucarana, 2024.
109f.; il. + Recurso educacional

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede
Nacional – Área de Concentração: Educação Inclusiva) – Universidade Estadual
do Paraná.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Eliane Paganini da Silva

1. Formação de professores. 2. Planejamento educacional. 3. Educação
Inclusiva. I. Silva, Eliane Paganini. II. Universidade Estadual do Paraná. III.
Título.

CDD 371.9
23. ed.

Ficha catalográfica elaborada por Leocilêa Aparecida Vieira – CRB 9/1174.

TERMO DE APROVAÇÃO

JANINE BARBOSA DE OLIVEIRA

**“FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
INDIVIDUALIZADO: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós Graduação em Educação Inclusiva, Centro de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação da Universidade Estadual do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Membros da Banca:

Documento assinado digitalmente
 **ELIANE PAGANINI DA SILVA**
Data: 07/03/2025 15:51:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Eliane Paganini da Silva (Orientadora) – UNESPAR, Apucarana.

Documento assinado digitalmente
 **EROMI IZABEL HUMMEL**
Data: 13/02/2025 09:53:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Eromi Izabel Hummel (UNESPAR, Apucarana -Titular Interno)

Documento assinado digitalmente
 **AMANDA DE MATTOS PEREIRA MANO**
Data: 24/02/2025 16:06:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Amanda de Mattos Pereira Mano (UFMS, Naviraí - Titular Externo)

Apucarana, 21 outubro de 2024

Aos meus filhos, João Pedro, Laura e Luiza,
razão pela qual persevero incansavelmente.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho contou com a colaboração significativa de diversas pessoas que, de maneira fundamental, contribuíram em várias instâncias. Expresso meu profundo agradecimento a todos que, direta ou indiretamente, desempenharam papéis essenciais nesta pesquisa.

Em primeiro lugar, quero externar minha profunda gratidão a Deus por Sua sustentação constante nos momentos em que me senti incapaz e frágil, superando desafios que não vislumbrei ao longo desta jornada.

Aos meus filhos, cuja compreensão diante das minhas ausências iluminou os dias mais desafiadores. Ao final de cada jornada, suas presenças não apenas curavam minhas feridas, mas também renovavam meu ânimo para seguir em frente.

À minha dedicada orientadora, Dra. Eliane Paganini da Silva, que demonstrou um comprometimento incansável. Seu apoio foi além das orientações convencionais, dedicando tempo para revisar materiais comigo, participar de discussões enriquecedoras e compartilhar valiosos conhecimentos. Enfrentamos juntas a vastidão de materiais para leitura, e mesmo diante do desafio, sua atenção e apoio foram inestimáveis (e, realmente, teve bastante material para ler, rs).

À Secretaria Municipal de Educação de Umuarama, pela oportunidade de aplicar a pesquisa na rede de ensino. Um agradecimento especial às assessoras pedagógicas das Salas de Recursos Multifuncionais pelo suporte, auxílio no contato e aproximação com os professores das salas de recursos multifuncionais.

À assessora pedagógica do ensino fundamental, Patrícia Abucarma, que sempre apoiou a pesquisa e desempenhou um papel crucial como ponte de comunicação entre mim e a secretária de educação.

Aos professores das salas de recursos multifuncionais, que generosamente aceitaram participar da pesquisa e formação, enriquecendo significativamente o meu trabalho. Sua colaboração e dedicação foram fundamentais para os resultados alcançados.

Às minhas amigas notáveis, Patricia Mantovi e Ana Paula da Silva, verdadeiros exemplos de seres humanos e profissionais excepcionais. Em nenhum momento permitiram que eu duvidasse do meu potencial, sendo fontes constantes de inspiração.

Por fim, agradeço à Prof.^a Dr.^a Eromi Izabel Hummel e à Prof.^a Dr.^a Amanda de Mattos Pereira Mano pelas valiosas contribuições à minha pesquisa. Suas orientações e expertises foram cruciais para o aprimoramento deste trabalho, enriquecendo minha formação acadêmica e profissional.

Cada um de vocês desempenhou um papel vital nesta jornada, e agradeço sinceramente por fazerem parte deste capítulo significativo da minha vida.

"Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre." Paulo Freire

RESUMO

OLIVEIRA, Janine Barbosa de. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS**. 109f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva, 2024.

Ao observar as lacunas existentes no atendimento a estudantes com deficiência em salas de recursos multifuncionais, nos deparamos à necessidade de formações específicas que contemplem estratégias que valorizem o saber do estudante e norteiam o trabalho do docente. Dessa forma, o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) contribui para que os saberes do estudante sejam valorizados e a partir de suas singularidades, seja proposto estratégias que visem diminuir essas lacunas. A nossa inquietação traz como questionamento: Quais barreiras os docentes encontram na construção e utilização do Planejamento Educacional Individualizado para atender as particularidades do estudante público da educação especial? Dessa forma, a presente pesquisa tem por objetivo investigar a realização e utilização do PEI como estratégia que orienta o trabalho do professor especialista no atendimento de alunos com deficiência em salas de recursos multifuncionais. Os procedimentos metodológicos propostos para a investigação dessa problemática, foram de natureza qualitativa por meio de questionário com questões abertas e fechadas, contando com a participação de vinte e quatro professores especialistas que trabalham nas salas de recursos multifuncionais do município de Umuarama-Pr. A metodologia proposta seguiu a sistematização da pesquisa colaborativa, buscando compreender as demandas necessárias na formação continuada dos docentes, na perspectiva da elaboração e uso do PEI na rede. A partir da análise das respostas do questionário, foi elaborada e aplicada uma proposta de formação para a rede municipal de ensino, que aconteceu no encerramento do ano letivo, a fim de orientar o professor atuante em salas de recursos multifuncionais. Os materiais construídos para a formação foram incorporados como um suporte teórico em formato digital e disponibilizado em um blog educativo, considerando os dados coletados junto aos professores, com encaminhamentos de elaboração do PEI, estratégias e recursos indicados para desenvolver determinadas habilidades tanto cognitiva, quanto da rotina diária dos estudantes. Nos resultados da coleta de dados do questionário e a discussão proposta na formação, observamos que os professores têm conhecimento para aplicação do PEI, contudo encontram desafios quanto a ações autônomas na adaptação do ensino e não autônomas como barreiras estruturais que demandam intervenções sistêmicas.

Palavras-chave: planejamento educacional individualizado, formação de professores, educação inclusiva.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Janine Barbosa de. **TEACHER TRAINING AND INDIVIDUALIZED EDUCATIONAL PLANNING: PRACTICES AND PERSPECTIVES.** 109f. Dissertation (Master's) – State University of Paraná. Graduate Program in Inclusive Education, 2024.

This study addresses the existing gaps in the support provided to students with disabilities in multifunctional resource classrooms, highlighting the need for specific training that values students' knowledge and guides teachers' practices. The Individualized Educational Plan (IEP) plays a crucial role in recognizing students' unique abilities and proposing strategies to reduce these gaps. Our inquiry focuses on the barriers teachers face in constructing and implementing the IEP to address the specific needs of special education students. The research aims to investigate the development and utilization of the IEP as a strategy that guides the work of specialist teachers in supporting students with disabilities in multifunctional resource classrooms. Employing a qualitative methodology, data were collected through a questionnaire comprising open and closed questions, involving twenty-four specialist teachers working in multifunctional resource classrooms in Umuarama, Brazil. The research followed a collaborative approach, aiming to understand the necessary ongoing training demands for teachers in relation to the creation and use of the IEP. Based on the questionnaire responses, a training proposal was developed and implemented at the end of the academic year to support teachers working in multifunctional resource classrooms. The training materials were created as digital theoretical resources and made available on an educational blog, considering the data collected from teachers, which included guidelines for developing the IEP, strategies, and resources to enhance both cognitive skills and daily routines of students. Results from the data collection and discussions during the training indicate that while teachers possess knowledge regarding the IEP, they encounter challenges related to autonomous actions in adapting teaching methods and face non-autonomous barriers that require systemic interventions.

Keywords: individualized educational planning, teacher training, inclusive education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 EDUCAÇÃO ESPECIAL: FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE PARA INCLUSÃO	26
2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E NORMATIVAS	26
2.2 IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO	30
2.2.1 O papel dos professores na educação inclusiva: desafios e barreiras enfrentados na implementação da educação inclusiva	32
2.2.2 A rede pública municipal de Umuarama e o atendimento educacional especializado	33
3 PERSONALIZAÇÃO DO ENSINO: PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)	36
3.1 PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO UM DOCUMENTO PERSONALIZADO	49
3.1.1 Explorando a abordagem do PEI	51
3.1.1.1 Detalhando os componentes do PEI	53
4 METODOLOGIA	56
4.1 ESTRUTURA DE INVESTIGAÇÃO	56
4.2 DEFININDO O CONTEXTO: CAMPO, PARTICIPANTES E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	58
4.3 COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA: ESTRATÉGIAS E ABORDAGENS	59
4.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: ABORDAGEM E PROCESSO	61

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS: PERFIL E PRÁTICAS DOS PROFESSORES EM SRM	63
5.1 RESULTADO DO QUESTIONÁRIO	63
5.2 PROCESSO DE FORMAÇÃO	73
5.3 PRODUTO EDUCACIONAL: ELEMENTOS E AÇÕES	82
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE	94
ANEXO	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de Matrículas da Educação Especial em Classes Comuns, por Etapa de Ensino.	34
Quadro 2 - Artigos sobre Planejamento Educacional Individualizado (PEI) no Portal de Periódicos da CAPES.	36
Quadro 3 - Níveis de planejamento do PEI.	53
Quadro 4 - Componentes básicos do PEI	54
Quadro 5 - Questionário	61
Quadro 6 - Demonstrativo dos Professores Respondentes do Questionário	63
Quadro 7 - Características do PEI.	74
Quadro 8 - Propostas de PEI para estudo de caso fictício.	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico "Tempo de atuação do professores nas SRM"	65
Figura 2 - Gráfico "Quantidade de estudantes atendidos nas SRM semanalmente"	65
Figura 3 - Gráfico "Utilização do PEI".	66
Figura 4 - Gráfico "Frequência de utilização do PEI"	67
Figura 5 - Fluxograma "Categorização"	70
Figura 6 - - Minicurso - Apresentação dos recursos do blog "Área Inclusiva"	76
Figura 7 - Minicurso - Roda de conversa sobre os itens do PEI	76
Figura 8 - Minicurso - Recursos pedagógicos	78
Figura 9 - Minicurso - Recursos pedagógicos para sugestão para o PEI	78
Figura 10 - Design Responsivo - Blog visto da tela de um telefone móvel	83
Figura 11 - Tela inicial do blog visto da tela de um computador	83
Figura 12 - "Tela vista pelo administrador, com personalização do layout ou tema do blog"	84
Figura 13 - Indicação para comentários	86
Figura 14 - Exemplo de proposta de atividades do marcador "Percepção Visual"	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
AH/SD	Altas Habilidades/Superdotação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
PAEE	Plano de Atendimento Educacional Especializado
PEI	Planejamento Educacional Especializado
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PR	Paraná
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEA	Transtorno do Espectro Autista

1 INTRODUÇÃO

Desde 2014 venho¹ desempenhando o papel de professora, atuando em turmas que vão desde a educação infantil até o 5º ano. Atualmente, leciono nas turmas de 5º ano na rede municipal de Umuarama-PR, onde sou professora regente e ministro os componentes de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Geografia. Também atuo no componente curricular de Arte na rede estadual de ensino. Essa trajetória me permitiu vivenciar de perto os desafios e as recompensas de trabalhar com crianças em diferentes fases do desenvolvimento educacional.

Minha experiência me levou a uma profunda inquietação: como garantir que todos os estudantes recebam um atendimento de qualidade e equitativo, assegurando seus direitos e promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo? Observando a realidade das salas de aula, percebo que, muitas vezes, enfrentamos dificuldades em olhar para cada estudante como um indivíduo com necessidades e potencialidades únicas. Isso se reflete na prática pedagógica, onde a personalização do ensino muitas vezes parece um ideal distante.

O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) surge como uma resposta essencial para essa inquietação, ao oferecer uma abordagem personalizada para o atendimento de cada aluno, esse documento busca assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades e características individuais, possam ser bem atendidos e tenham seus direitos garantidos. A personalização do ensino proposta pelo PEI não apenas proporciona estratégias adaptadas às necessidades específicas de cada estudante, mas também fomenta um ambiente em que todos possam alcançar seu pleno potencial.

Assim, ao integrar as diretrizes do PEI em nossa prática pedagógica, podemos transformar a maneira como abordamos o ensino e garantir que cada aluno receba o suporte necessário para se desenvolver de maneira justa e equitativa. Esse compromisso com a personalização do ensino é fundamental para superar as dificuldades que encontramos e promover uma educação que verdadeiramente respeite e valorize a individualidade de cada estudante.

¹ Durante esta apresentação, o verbo será utilizado na primeira pessoa do singular, a fim de refletir a experiência pessoal da autora de maneira mais direta e personalizada.

Tendo em vista essas apreciações iniciais que também justificam nosso interesse pela temática pretendemos expor os vieses que norteiam a presente pesquisa.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208 § III, garante atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, como forma de assegurar, o mais plenamente possível, o direito de integração na sociedade (Brasil, 1988). Entretanto, não há como incluir crianças com deficiência no ensino regular sem pensar no atendimento desses estudantes. Além de vagas em salas comuns, capacitar profissionais da educação é um dos fatores determinantes. Nesse sentido, a formação em nível superior com foco em princípios amplos é essencial, sobretudo a inclusiva, que demanda métodos de ensino adaptados e docentes capacitados para desenvolver práticas pedagógicas alinhadas às necessidades dos alunos.

Para além da formação superior, e opcionalmente pela formação *stricto sensu*, específica na área de identificação de cada pessoa, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, nº 9394/96 em seu Art. 59, § III estabelece que os sistemas de ensino, assegurarão aos educandos com necessidades especiais,

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (Brasil, 1996).

Para a educação inclusiva acontecer de forma efetiva é preciso repensar em métodos de ensino que propiciem a aprendizagem do estudante. A formação docente deve estar alinhada às demandas atuais do estudante, exigindo um processo contínuo de desenvolvimento profissional, que, além de permanente, deve ser fundamentado em princípios pedagógicos sólidos e nas diretrizes legais que regem a educação. A preparação do professor, nesse contexto, é voltada para a criação de práticas pedagógicas eficazes, capazes de atender de maneira personalizada as necessidades dos alunos, promovendo uma educação que valorize a individualidade e o desenvolvimento integral de cada estudante. De acordo com Souza e Silva (2005), a qualificação profissional é essencial para se trabalhar na perspectiva da inclusão social.

A legislação estabelece que todos os cursos de formação docente, desde o magistério até a licenciatura, devem prover capacitação adequada aos futuros educadores para acolher estudantes com deficiências em suas salas de aula.

A a Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), menciona:

Meta 4.3: Implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas (Brasil, 2014).

Essa lei destaca a importância da formação contínua dos educadores para assegurar um atendimento especializado que respeite as particularidades de cada aluno. Ademais, a mesma lei complementa:

Meta 4.4: Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica (Brasil, 2014).

O artigo 12, item VI do Decreto nº 8.752/2016 reforça a importância de estimular "o desenvolvimento de projetos pedagógicos que visem a promover desenhos curriculares próprios à formação de profissionais do magistério para atendimento da Educação Profissional e Tecnológica, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo, de povos indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos" (Brasil, 2016). Essa diretriz visa garantir que o sistema educacional atenda às necessidades específicas de cada modalidade de ensino e promova uma formação que valorize a diversidade.

No entanto, na atual conjuntura, muitos docentes ainda carecem de preparação efetiva para assegurar, de fato, os direitos de todos os envolvidos. Diante das constantes evoluções e dos novos cenários que emergem, é essencial que os professores se mantenham sempre preparados na busca contínua de conhecimento. Como afirmam Arruda e Almeida (2004, p. 6), "A transformação da escola passa obrigatoriamente por uma política de formação e educação continuada dos professores, verdadeiros pilares para a construção da inclusão escolar."

Essa capacitação pode ser compreendida de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, no Art. 18, § 1º e 2, a qual expressa,

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;

II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;

III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;

IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (Brasil, 2001).

Na Educação Básica, a formação específica e continuada é extremamente necessária para que haja êxito no processo de ensino e aprendizagem, entretanto, por vezes os professores ainda encontram dificuldades em elaborar um planejamento voltado às competências que os estudantes devem desenvolver. Quando se trata da educação inclusiva, os desafios se tornam ainda maiores, dadas as particularidades dos estudantes que ela contempla. Por esse motivo, o professor deve buscar inovar em suas estratégias, a fim de mitigar as barreiras encontradas no processo.

Nóvoa (2009) destaca que é fundamental captar o sentido de uma profissão e, portanto, o cerne da identidade profissional docente. O autor afirma que esse cerne está (ou deve estar) ligado à aprendizagem e aponta a importância de se vislumbrar uma educação e uma escola que tenham uma organização centrada na aprendizagem.

Para o autor, os professores divulgam pouco suas atividades à sociedade e seria importante que se comunicassem mais, respondendo às questões impostas pela sociedade. O autor nos remete ao fato de que temos discursos em excesso e uma pobreza de práticas e, para mudar esse panorama, convida a nos aproximarmos mais dos problemas e da realidade escolar (Nóvoa, 2009). Nesse sentido, podemos verificar a mudança que as trocas entre os pares podem promover e o quanto a reflexão acerca dos problemas é capaz de impulsionar avanços na sua prática (Paganini-da-Silva, 2015).

A educação inclusiva encontra sua base em princípios que enfatizam a equidade, a diversidade e a participação ativa de todos os alunos. Seguindo a perspectiva de Pacheco (2001), a inclusão educacional transcende a mera presença física dos estudantes na sala de aula regular, envolvendo a construção de ambientes que reconheçam e atendam às necessidades individuais de aprendizado. Essa

perspectiva se alinha à teoria construtivista de Jean Piaget, que destaca a importância da construção ativa do conhecimento pelo próprio aluno à medida que ele interage com o ambiente e os colegas (Piaget, 1973).

No entanto, a efetiva implementação da educação inclusiva não é trivial, uma vez que requer uma mudança de paradigma na forma como a educação é planejada e entregue. Para efetivar essa mudança, é essencial capacitar os educadores. Como ressalta Alves (2007), os professores desempenham um papel determinante na promoção de ambientes educacionais inclusivos, uma vez que são eles que interagem diretamente com os alunos em suas experiências de aprendizado. A formação dos educadores, portanto, deve ser informada por abordagens que promovam a reflexão crítica e a adaptação constante de práticas pedagógicas.

Nesse contexto, a elaboração do Planejamento Educacional Individualizado (PEI) vem ao encontro das necessidades do aluno com deficiência, como um documento realizado pelo professor com o objetivo de planejar e acompanhar o desenvolvimento de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) por meio de “seis áreas de habilidades: acadêmicas, da vida diária, motoras/atividade física, sociais, recreação/lazer e pré-profissionais/profissionais” (Bonetti, 2012). O uso desse instrumento na prática pedagógica tem como finalidade auxiliar no processo de avaliação do progresso educacional dos estudantes como público da educação especial.

O PEI está diretamente conectado ao Artigo 2º do Decreto nº 7.611/2011, que estabelece a garantia da educação especial por meio de serviços de apoio especializado, com o objetivo de eliminar barreiras no processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Conforme o Decreto:

A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2011, Art. 2º).

O PEI é uma ferramenta fundamental para operacionalizar esse princípio, pois organiza o AEE, que é definido como:

o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:
I - "complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais"; ou
II - "suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação" (Brasil, 2011, § 1º).

O PEI, ao ser personalizado para cada estudante, detalha as estratégias de complementação e suplementação descritas no artigo. Complementar à formação dos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento (art. 2º, §1º, I): O PEI estabelece os apoios pedagógicos necessários, como o uso de recursos e adaptações que possibilitam o acesso ao currículo, seja por meio de tecnologia assistiva ou outras estratégias de ensino. A permanência em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) pode ser indicada no PEI como parte do apoio ao processo de escolarização (Brasil, 2011).

Suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (art. 2º, §1º, II): No caso dos alunos com altas habilidades, o PEI estabelece atividades que enriquecem ou ampliam o currículo, com desafios pedagógicos que estimulem o desenvolvimento de suas habilidades de forma diferenciada.

Os objetivos do AEE são também claramente delineados: "prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes" (Brasil, 2011, Art. 3º).

Dessa forma, o PEI é a tradução prática das diretrizes legais, organizando o AEE para garantir o desenvolvimento pleno do estudante em um ambiente educacional inclusivo, conforme preconizado pelo Decreto. Ele assegura que os recursos necessários estejam claramente descritos e aplicados de maneira personalizada e contínua.

Para implementação bem-sucedida do PEI requer uma sólida formação docente, conforme destacado por Pletsch e Glat (2013), uma vez que os professores devem compreender e aplicar efetivamente os princípios e estratégias embutidos no documento.

Assim, buscamos responder a seguinte questão: Quais barreiras os docentes encontram na construção e utilização do Planejamento Educacional Individualizado para atender as particularidades do estudante público da educação especial?

Partindo do pressuposto de que o PEI é um documento norteador do trabalho pedagógico, “com vistas a responder às singularidades e possibilidades de cada estudante [...]” (Pletsch; Glat, 2013, p. 17-34) e considerando o questionamento levantado na problematização, este trabalho busca identificar as barreiras que os docentes encontram na construção e utilização do PEI para atender as particularidades do estudante público da educação especial por meio da investigação da realização e utilização desse documento como estratégia que orienta o trabalho do professor especialista no atendimento de alunos com deficiência em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e assim ofertar um Minicurso de formação continuada aos professores especialistas quanto à elaboração do referido planejamento para atender às particularidades do estudante público da educação especial pensando e discutindo colaborativamente como o PEI pode ser implantado com sucesso nas salas de recursos multifuncionais.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de formação específica para professores da rede pública de Educação Básica que atendam estudantes com deficiência, assim como eu, que contemple a elaboração do PEI, pensando nas particularidades do estudante. O uso desse documento na prática pedagógica dos professores auxilia no processo de avaliação do progresso educacional, pois mediante ele, é possível conhecer as necessidades do estudante e a partir daí desenvolver estratégias que visem seu desenvolvimento, valorizando também suas potencialidades e habilidades.

A discussão sobre formação de professores e o olhar sobre o PEI é relevante, pois os desafios complexos da sociedade atual demandam uma abordagem pedagógica mais personalizada e flexível. Assim, o modelo tradicional de planejamento, centrado no professor e padronizado, mostra-se limitado para atender às demandas de estudantes com diferentes habilidades, interesses e estilos de aprendizagem. Nesse sentido questionamos o ensino baseado na transmissão pura e simples, ressaltando a importância de se considerar a perspectiva do aluno e para isso será utilizada como referencial teórico a teoria piagetiana do desenvolvimento.

É preciso considerar um planejamento em que cada aluno seja percebido com suas características e necessidades. Nessa busca é preciso, muitas vezes, adaptar práticas e recursos para uma aprendizagem personalizada. No entanto, para sua eficácia, é vital capacitar os professores, abordando avaliação, estratégias, recursos

e tecnologias. Afinal, a formação docente deve focar nas particularidades dos alunos, para uma educação mais inclusiva.

O objetivo geral da pesquisa é investigar a realização e utilização do Planejamento Educacional Individualizado (PEI), como estratégia que orienta o trabalho do professor especialista no atendimento de alunos com deficiência em salas de recursos multifuncionais. Como objetivos específicos, buscamos identificar as políticas de educação inclusiva e o papel da formação de professores na promoção da inclusão; organizar um minicurso de formação continuada aos professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) acerca da elaboração e uso do PEI; elaborar um produto educacional (*blog* educativo), considerando os conteúdos programáticos do minicurso ofertado aos professores especialistas da rede municipal de ensino de Umuarama-PR.

A pesquisa em questão se fundamenta em diversas teorias e abordagens relevantes para a compreensão da educação e do PEI.

Um dos teóricos fundamentais para nossa pesquisa é Jean Piaget, cuja teoria do desenvolvimento cognitivo oferece uma base essencial para entender como as crianças constroem seu conhecimento. Piaget descreve a equilibração como o processo contínuo pelo qual as crianças ajustam suas estruturas cognitivas para lidar com novas experiências, buscando um equilíbrio entre assimilação e acomodação. Como Piaget afirma, "o desenvolvimento cognitivo resulta da interação entre as estruturas cognitivas do indivíduo e as exigências do ambiente, levando à constante reestruturação das ideias e à adaptação às novas experiências" (Piaget, 1976, p. 49).

Consideramos essa perspectiva relevante para a elaboração do PEI, pois o processo de equilibração destaca a importância de adaptar o ensino às necessidades específicas de cada aluno, proporcionando desafios que estimulem a reestruturação cognitiva e o desenvolvimento de estruturas cognitivas. O PEI deve, portanto, considerar as diferentes etapas do desenvolvimento cognitivo dos alunos, garantindo que as estratégias pedagógicas promovam um aprendizado efetivo e inclusivo, sempre considerando os possíveis avanços e atrasos individuais.

Além disso, Valadão (2010) forneceu materiais valiosos sobre a implementação bem-sucedida do PEI na educação especial. Seu estudo destacou a importância da abordagem colaborativa, da formação adequada dos educadores, das condições de trabalho favoráveis e do compromisso dos profissionais envolvidos

na implementação do PEI. Esses fatores são essenciais para garantir que o PEI seja eficaz e atenda às necessidades dos alunos com deficiência de forma abrangente.

Pletsch e Glat (2013) também são relevantes para a pesquisa, pois abordam a elaboração e avaliação de PEIs. Elas argumentam que não existe uma única forma de atender às necessidades educacionais de todos os alunos e enfatizam a importância de práticas de ensino customizadas. Isso significa levar em consideração as especificidades de cada aluno, suas necessidades individuais e seus estilos de aprendizagem. Essa abordagem personalizada é fundamental para o sucesso do PEI e para proporcionar uma educação mais inclusiva.

Esses teóricos são essenciais para orientar o desenvolvimento e a implementação do PEI na formação de professores e no atendimento de estudantes com deficiência em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

Na metodologia, adotamos a pesquisa colaborativa, destacada por Ibiapina (2008), cujo papel enquanto investigação, aproxima duas dimensões da pesquisa em educação: a produção de saberes e a formação contínua de professores.

Ibiapina (2008) afirma, que esse tipo de pesquisa, pretende romper com a lógica da racionalidade técnica, característica de pesquisas que buscam descrever e analisar a prática pedagógica. E nesse sentido, os docentes, junto com o pesquisador, tomam parte do processo investigativo, fazendo com que as pesquisas deixem de ser sobre o professor, passando a investigar com o professor. Assim, neste estudo, a investigação será realizada por meio da colaboração direta com os professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). A proposta é instigar esses profissionais a refletirem sobre suas práticas e a visão que possuem do PEI. Em um minicurso, como proposta de formação continuada, discutimos como aprimorar a aplicação do PEI, e buscamos desenvolver estratégias que melhorem a prática pedagógica e atendam mais efetivamente às necessidades dos estudantes.

A pesquisa está organizada em seis seções. Na primeira seção, descrevemos a Educação Especial no contexto brasileiro, discutindo a importância da legislação específica da educação especial e inclusiva, dando atenção à formação de professores para promover a inclusão de estudantes com deficiência e explorando os desafios enfrentados pelos educadores na implementação da educação inclusiva. Além disso, é analisada a situação da rede pública municipal de Umuarama em relação ao atendimento educacional especializado, fornecendo uma base teórica e prática para a pesquisa.

A seção seguinte se concentra na personalização do ensino por meio do Planejamento Educacional Individualizado (PEI). Exploramos o conceito do PEI como um documento personalizado, detalhando seus componentes e como é usado para adaptar o ensino às necessidades individuais dos estudantes.

Na terceira seção a metodologia da pesquisa é detalhada. Isso inclui a estrutura da investigação, abordando o tipo de pesquisa, tipo de estudo e aprovação do Comitê de Ética, fornecendo informações sobre como a pesquisa foi planejada e conduzida. Além disso, são definidos o contexto da pesquisa, incluindo o campo de estudo, os participantes e os critérios de seleção que orientaram a escolha dos sujeitos da pesquisa. Também são abordados a coleta de dados e os instrumentos de pesquisa, descrevendo as estratégias e abordagens utilizadas para obter informações relevantes. Por fim, a análise e interpretação dos dados são discutidas, incluindo a abordagem e o processo utilizados para analisar os resultados da pesquisa.

Na quarta seção, apontamos os resultados da pesquisa, incluindo a divulgação dos dados obtidos a partir do questionário aplicado, que fornecem informações detalhadas sobre as respostas e dados coletados. Além disso, discutiremos os resultados do processo de formação, abordando o que foi observado e analisado em relação à formação dos professores, incluindo os impactos da formação na prática docente e na promoção da inclusão. Segundo Nóvoa (2009), a formação contínua dos educadores é fundamental para a construção de práticas pedagógicas inclusivas e reflexivas, que considerem a diversidade dos alunos. Assim, analisaremos como a formação proposta contribuiu para essa construção. Por fim, abordaremos o produto educacional proposto, com informações sobre seu desenvolvimento, seu conteúdo e quaisquer limitações ou restrições relacionadas a ele, oferecendo uma visão geral do que foi criado como parte da pesquisa.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL: FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE PARA INCLUSÃO

Diante do compromisso com a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades e necessidades, a formação e prática dos docentes tornam-se peças fundamentais. Nessa seção, exploraremos a intersecção entre a educação especial e a preparação dos educadores, analisando como a formação abrangente pode capacitar os professores a atender às diversas demandas da sala de aula inclusiva. Investigamos os desafios e as perspectivas, essa seção destaca o papel essencial que os docentes desempenham na criação de ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos.

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E NORMATIVAS

A trajetória da educação especial no Brasil é complexa e está fortemente enraizada nas mudanças sociais, políticas e educacionais que o país vivenciou ao longo dos anos. A Educação Especial é uma “modalidade de ensino que realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular” (Brasil, 2008, p. 16).

Inicialmente, no século XIX e início do século XX, a educação de pessoas com deficiência era negligenciada e muitas vezes segregada, refletindo uma visão assistencialista e médica da deficiência. Nesse período, as instituições de ensino especial eram voltadas para a formação profissional de pessoas com deficiência, reforçando estereótipos e subvalorização.

A partir da segunda metade do século XX, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, começaram a surgir movimentos em prol da inclusão e da garantia de direitos iguais na educação. A Constituição de 1988 é um marco importante ao reconhecer a igualdade de direitos para todos os cidadãos, incluindo os com deficiência. No entanto, a concretização dessa igualdade enfrentou desafios em razão das desigualdades socioeconômicas e das deficiências estruturais na rede educacional.

A década de 1990 foi um período de avanços significativos na área da

educação inclusiva no Brasil, marcado pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. Essa lei representou um avanço ao estabelecer o direito à educação inclusiva para todos os estudantes. O artigo 58 da LDB define a educação especial como,

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996).

Com essa legislação, o Brasil reconheceu a necessidade de promover a inclusão escolar e a participação plena de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades educacionais. A LDB de 1996 reforçou a ideia de que a escola regular deve ser o espaço primordial para a educação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Isso refletiu um movimento global em direção à educação inclusiva, que valoriza a diversidade e busca superar as barreiras que historicamente excluem determinados grupos de estudantes do sistema educacional.

Essa legislação trouxe a reflexão acerca das peculiaridades da Educação Inclusiva e da Educação Especial na perspectiva inclusiva, de modo a promover uma sensibilização quanto à importância de ambas para a construção de práticas pedagógicas democráticas e includentes, tendo em vista uma Educação, direcionada para o reconhecimento da diversidade e da alteridade.

No entanto, apesar dos avanços proporcionados pela LDB, a garantia do acesso à educação de qualidade para todos os estudantes requer não apenas uma base legal sólida, mas também investimentos em formação de professores, adaptação de infraestruturas escolares, desenvolvimento de recursos pedagógicos adequados e a promoção de uma cultura inclusiva nas escolas e na sociedade como um todo. Portanto, embora a LDB tenha estabelecido o direito à educação inclusiva, a jornada rumo à plena inclusão ainda era um processo em constante evolução e aprimoramento.

Essa legislação foi seguida por outras normativas que buscaram promover a inclusão, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, que representou mais um passo importante no desenvolvimento da educação inclusiva no Brasil. Essa política reafirmou o compromisso do país em garantir uma educação de qualidade para todos os

estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades educacionais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) trouxe orientações e diretrizes para a implementação da educação inclusiva em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. Ela reforçou a importância da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas regulares, como uma forma de apoio à aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Além disso, a política ressaltou a necessidade de se promover a formação continuada de professores e demais profissionais da educação, a adaptação de materiais didáticos e recursos pedagógicos, bem como a criação de ambientes escolares inclusivos.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas 18 comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (Brasil, 2008).

A ênfase na colaboração entre diferentes profissionais, a família e a comunidade também foi um aspecto central da política, destacando a importância de se construir uma rede de apoio e inclusão. Portanto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, juntamente com outras normativas subsequentes, consolidou o compromisso do Brasil em promover uma educação que valoriza a diversidade, a participação e a equidade. Ela trouxe diretrizes práticas para a implementação da educação inclusiva nas escolas brasileiras e reforçou a necessidade de se construir um sistema educacional mais inclusivo e acessível a todos os estudantes.

A implementação da educação inclusiva no Brasil tem enfrentado desafios complexos, envolvendo a formação de professores, a adaptação curricular, a acessibilidade física e a sensibilização da comunidade escolar. Essa jornada é marcada por avanços e retrocessos, à medida que diferentes governos e políticas têm variado em seus enfoques.

O século XXI trouxe novos debates e enfoques sobre a educação inclusiva. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em

2008, reforçou o compromisso com a inclusão educacional e a acessibilidade. Além disso, discussões sobre a formação de professores, a adequação de recursos e a adaptação curricular continuaram a moldar a implementação da inclusão nas escolas.

No ano de 2015, foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146), também conhecida como LBI, constituindo-se no Estatuto da Pessoa com Deficiência, a qual reforça que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Essa mesma legislação reforça o acesso à educação segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem, no Artigo 27 do capítulo IV que afirma,

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Apesar dos direitos e garantias previstos nas legislações, a Educação Especial na perspectiva inclusiva ainda é uma política em curso no país, tendo em vista que poucas escolas estão devidamente instrumentalizadas, nem todas as propostas curriculares passaram por adaptações e a formação continuada para professores nessa área é escassa.

No ano de 2020, o Governo Federal publicou a “Nova Política de Educação Especial” por meio do Decreto nº 10.502/2020 (Brasil, 2020). Esta legislação trouxe uma perspectiva de integração que permitia que escolas comuns negassem matrículas a pessoas com deficiência, resultando em maior exclusão. Contudo, o decreto foi revogado e, em 21 de novembro de 2023, o Governo Federal lançou o Plano de Afirmação e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Este novo plano visa retomar as premissas inclusivas da política, garantindo a matrícula de estudantes com deficiência em classes comuns e fortalecendo as SRM, reafirmando o compromisso com a educação inclusiva e equitativa.

Essas transformações no cenário da Educação Especial Inclusiva foi e ainda é assunto para pesquisas e investigações, contudo ainda há o que avançar quando abordamos esse tema. Secundino e Santos (2023) afirmam que

Pode-se dizer que a Educação Inclusiva no Brasil é fruto de frequentes modificações e adaptações, sobretudo sob a influência da legislação e, por efeito de comparação, com leis estrangeiras a respeito da Inclusão, como a Declaração de Salamanca de 1994. Há muito ainda que se conquistar na área da Educação Inclusiva, mas se pode afirmar que os avanços neste ponto são inegáveis e necessários (Secundino; Santos, 2023, p. 24).

Observamos uma busca por práticas inclusivas que vão além da presença física na sala de aula, visando efetivamente a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos, independentemente de suas habilidades e necessidades. A perspectiva histórica da Educação Especial no Brasil destaca a evolução das concepções e abordagens, assim como os desafios persistentes e a necessidade contínua de adaptação e aprimoramento das políticas e práticas inclusivas.

2.2 IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

Em um mundo em constante transformação, onde a diversidade é uma realidade incontestável, a figura do educador desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. A formação de professores emerge, assim, como uma peça-chave para a promoção da inclusão.

A diversidade que permeia as salas de aula contemporâneas, seja ela cultural, étnica, social, ou cognitiva, demanda dos professores um conjunto de habilidades e conhecimentos que transcendem as práticas tradicionais de ensino. A formação de professores não pode mais se restringir apenas ao domínio do conteúdo acadêmico, ela deve incorporar elementos que capacitam os educadores a lidar com a heterogeneidade de seus alunos.

A inclusão, entendida como o processo de valorização das diferenças, não se resume apenas a adaptar métodos pedagógicos, mas requer uma mudança de paradigma. A formação de professores deve propiciar a compreensão profunda das diferentes realidades presentes nas salas de aula, estimulando a empatia, o respeito e a valorização da diversidade. Segundo Pletsch e Glat (2013), a formação de professores deve ser reformulada para incorporar práticas educacionais que reconheçam e atendam às diferenças individuais dos alunos. Eles afirmam que:

A formação de professores deve preparar os educadores para entender e enfrentar a diversidade, promovendo práticas pedagógicas inclusivas que respondam às necessidades variadas dos alunos (Pletsch; Glat, 2013, p. 21).

Nesse sentido, a formação voltada para inclusão deve acontecer de maneira contínua e abrangente, integrando não apenas conteúdos teóricos sobre as necessidades específicas dos alunos, mas também promovendo experiências práticas que capacitam os educadores a lidar efetivamente com a diversidade presente em suas salas de aula.

A abordagem para a inclusão vai além de uma simples adaptação de estratégias pedagógicas; ela demanda uma profunda reflexão sobre as atitudes e valores dos professores. Portanto, a formação deve contemplar não apenas técnicas específicas, mas também aspectos emocionais e sociais relacionados à inclusão.

Uchoa e Chacon (2022) discorrem sobre a Educação Especial Inclusiva e destacam a importância da prática inclusiva na escola e a consequência de sua negação.

Negar-se à prática inclusiva é fechar as portas às vítimas e negar o espaço público, o que faria da escola uma espécie de máquina de exclusão. A Inclusão Escolar e a Educação Inclusiva surgem como demandas desafiadoras, não sendo uma tarefa fácil, mas é missão da escola e da sociedade. Essa dinâmica exige cada vez mais estudo, dedicação e empatia, por meio de um trabalho sistemático e planejado para assegurar aprendizagens (Uchoa; Chacon, 2022, p. 3).

Os autores destacam a necessidade de estudo, dedicação e empatia para enfrentar esse desafio. A referência a um "trabalho sistemático e planejado" ressalta a importância de abordagens organizadas e estratégicas para garantir que a inclusão seja efetiva e abranja todas as dimensões do ambiente escolar. Assegurar aprendizagens, nesse contexto, implica garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de desenvolvimento e crescimento dentro do ambiente educacional.

É importante desenvolver nos professores a sensibilidade para reconhecer e acolher a singularidade de cada aluno, promovendo um ambiente educacional que respeite e valorize as diferenças. A perspectiva inclusiva exige uma constante atualização e adaptação por parte dos educadores, uma vez que as necessidades dos alunos podem variar amplamente.

A formação continuada é uma ferramenta essencial nesse processo, permitindo que os professores se atualizem constantemente sobre abordagens inclusivas, estratégias pedagógicas diferenciadas e recursos específicos para atender às demandas diversas dos alunos. A construção de uma educação inclusiva

requer um comprometimento constante com a aprendizagem e a evolução profissional, visando garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independente de suas características individuais.

Isso significa que o professor deve ser um eterno estudante, disposto a ver além das aparências, ser um pesquisador, entendendo que utilizando-se das ferramentas e estratégias necessárias é possível desenvolver na escola práticas inclusivas [...] (Moraes; Hummel; Paganini-da-Silva; 2023, p.44).

É essencial que os educadores adquiram ferramentas pedagógicas que permitam a adaptação de suas práticas para atender às necessidades específicas de cada estudante. Isso implica não apenas em reconhecer as dificuldades individuais, mas também em desenvolver estratégias que garantam a participação plena de todos os estudantes, independentemente de suas características.

A formação de professores na era da inclusão vai além do aspecto técnico. Envolve a construção de uma mentalidade inclusiva, capaz de superar estigmas e preconceitos, promovendo um ambiente de aprendizado acolhedor para todos. Professores bem formados não apenas ensinam, mas também inspiram, orientam e influenciam positivamente a vida de seus alunos.

Portanto, neste contexto dinâmico e diversificado, a formação de professores emerge como uma prioridade incontestável. Ela não apenas impacta o presente, moldando salas de aula mais inclusivas, mas também semeia as bases para um futuro onde a educação seja verdadeiramente acessível a todos, independentemente de suas diferenças. Investir na formação de professores é, portanto, investir no cerne de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.2.1 O papel dos professores na educação inclusiva: desafios e barreiras enfrentados na implementação da educação inclusiva

A implementação da educação inclusiva representa um desafio substancial para os professores, pois demanda uma mudança significativa na abordagem tradicional do ensino. Segundo Mendes (2015), a resistência inicial de muitos educadores à inclusão está frequentemente associada ao desconhecimento e à falta de formação adequada para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. Essa resistência não está relacionada apenas ao enfrentamento das deficiências, mas também à necessidade de repensar as práticas pedagógicas como um todo.

Mendes (2015) enfatiza a importância de uma formação contínua que

desenvolva a capacidade dos professores de lidar com as singularidades dos estudantes, promovendo uma abordagem pedagógica que valorize as diferenças e busque estratégias inclusivas para cada aluno. Para a autora, o processo de inclusão exige que os educadores ampliem sua visão de ensino, compreendendo que os métodos tradicionais muitas vezes reforçam a exclusão ao não considerarem as necessidades individuais de aprendizagem.

Nesse contexto, Mendes (2015) ressalta que é necessário,

[...] demandar suporte até obtê-lo, evitar a exclusão do aluno e se livrar do problema, exigir o estabelecimento de parcerias colaborativas e fazer com que a responsabilidade pela educação de todos os alunos seja partilhada por todos os educadores da escola (Mendes, 2015, p. 104).

Portanto, para que a inclusão se torne uma realidade efetiva, é imprescindível que as instituições educacionais promovam uma cultura de aprendizado contínuo e colaborativo. Essa mudança de paradigma não apenas beneficiará os estudantes com deficiência, mas enriquecerá o ambiente escolar como um todo, preparando todos os educadores para enfrentar os desafios contemporâneos da educação. A construção de uma escola inclusiva é, assim, um esforço coletivo que demanda comprometimento, reflexão e ação conjunta, refletindo a verdadeira essência da educação: acolher e valorizar a diversidade em todas as suas formas.

2.2.2 A rede pública municipal de Umuarama e o atendimento educacional especializado

A promoção da inclusão social e educacional é um processo consolidado no Brasil, fundamentado em uma política educacional que se orienta pelos princípios filosóficos da construção de uma escola acessível a todos, que respeita e valoriza a diversidade. A escola, enquanto espaço de aprendizagem e formação, deve adaptar-se a esse novo paradigma, acolhendo as diferenças e procurando crescimento por meio delas. Nessa perspectiva, a Secretaria Municipal de Educação de Umuarama-PR, estabelece como política educacional a inclusão integral de seus alunos, preferencialmente na Rede Regular de Ensino. A lei de nº 4.090, de 23 de junho de 2015, institui o Plano Municipal de Educação, que contempla um capítulo destinado a discutir e instituir normativas do atendimento educacional especializado no município.

Neste documento, estabelece-se uma abordagem da Educação Inclusiva que

se integra ao âmbito do Plano Municipal de Educação, alinhando-se às diretrizes previstas para todos os níveis e modalidades de ensino, em conformidade com os princípios de inclusão delineados pelos sistemas de ensino municipal e estadual e traz como meta,

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (Umuarama, 2015).

O compromisso da gestão municipal reflete na consolidação do processo de promoção da inclusão social e educacional. Esse comprometimento é embasado em uma política educacional alinhada aos princípios filosóficos que visam a construção de uma escola acessível a todos, enaltecendo a valorização da diversidade. No contexto de aprendizagem e formação escolar, a adaptação a esse novo paradigma torna-se essencial, exigindo que a escola acolha as diferenças e busque o crescimento por meio delas.

O Plano Municipal de Educação de Umuarama (2022), ressalta a necessidade de seu monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, com envolvimento das instâncias responsáveis e a devida mobilização social para acompanhar sistematicamente o esforço de implementação das metas e estratégias do plano.

Quadro 1 - Número de Matrículas da Educação Especial em Classes Comuns, por Etapa de Ensino.

ANO	ETAPA DE ENSINO						Educação Jovens e Adultos	TOTAL
	Educação Infantil	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	Ensino Médio	Ed. Profissional Técnica de Nível Médio	Ed. Profissional Formação Continuada		
2021	72	142	154	74	19	-	55	516
2022	109	152	161	85	22	3	44	576

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021 e 2022. Brasília: Inep, 2021 e 2022. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>

O Quadro 1 apresenta o total de matrículas da Educação Especial em diferentes etapas de ensino ao longo dos anos de 2021 e 2022. Os números revelam um aumento nas matrículas em diversas etapas, indicando uma possível expansão ou maior identificação e inclusão de alunos que necessitam de atendimento educacional especializado.

Ao analisar os dados do número de estudantes atendidos na rede municipal de ensino, abrangendo as turmas da Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais, observa-se que há uma visão geral do atendimento educacional especializado em classes comuns. No entanto, é importante ressaltar que esses dados não consideram as informações das escolas de atendimento especial, o que pode influenciar na compreensão completa do panorama do atendimento educacional na cidade de Umuarama.

Diante de um público em constante crescimento, torna-se imperativo destacar a importância de investir na formação dos professores responsáveis pelo atendimento desses estudantes. A tendência de aumento nas matrículas da Educação Especial sugere não apenas uma maior identificação e inclusão de alunos que demandam atendimento educacional especializado, mas também a necessidade de capacitar os profissionais envolvidos para enfrentar os desafios inerentes a essa dinâmica educacional.

A formação continuada dos educadores é crucial para assegurar que estejam devidamente preparados para atender às necessidades diversificadas dos alunos, promovendo um ambiente inclusivo e de aprendizado eficaz. Compreender as particularidades de cada estudante e adotar estratégias pedagógicas adaptativas são elementos fundamentais no contexto da Educação Especial.

Além disso, é relevante considerar a inclusão das informações das escolas de atendimento especial nos registros estatísticos, visando uma avaliação mais abrangente e precisa do panorama educacional em Umuarama. Isso não apenas enriqueceria a compreensão do atendimento educacional especializado na cidade, mas também subsidiaria a formulação de políticas mais efetivas e direcionadas.

Portanto, a par da necessidade de atualização e aprimoramento contínuo dos professores, a coleta e análise abrangente de dados, incorporando as informações das escolas de atendimento especial, contribuiu para uma abordagem mais holística na promoção da Educação Especial e inclusiva em Umuarama.

3 PERSONALIZAÇÃO DO ENSINO: PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)

Quando refletimos sobre o conceito de inclusão, é fundamental entender que não se resume apenas a receber o estudante com deficiência na escola. É necessário empreender um esforço significativo na implementação de ações pedagógicas que incorporem símbolos relevantes e personalizados ao estudante, guiando-o na construção de relações e associações com as imagens mentais já adquiridas sobre determinado conteúdo. Este processo, intrinsecamente ligado à elaboração de um Plano de Ensino Individualizado (PEI), que emerge como uma condição essencial para viabilizar esse enriquecimento cognitivo.

Para a construção desta pesquisa e fundamentação teórica sobre o Planejamento Educacional Individualizado (PEI), foi realizada uma busca detalhada no Portal de Periódicos da CAPES. A pesquisa resultou na localização de 43 artigos relevantes que abordam o tema. Assim, organizamos uma análise detalhada dos artigos encontrados, considerando critérios como acesso aberto, produção nacional, revisão por pares e áreas de estudo.

Quadro 2 - Artigos sobre Planejamento Educacional Individualizado (PEI) no Portal de Periódicos da CAPES.

Nº	Título	Autores	Ano
1	Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países.	Gabriela Tannús-Valadão, Enicéia Gonçalves Mendes	2018
2	Trajetória educacional de estudantes com autismo e deficiência intelectual: avaliação de leitura, escrita, matemática e comportamento verbal.	Thainá Letícia Dourado Moura, Priscila Benitez, Vivilí Maria Silva Gomes, Nassim Chanel Elias, Alessandra Daniele Messali Picharillo	2023
3	Planejamento educacional individualizado de estudante com autismo na universidade.	Victoria Gimenez Silveira, Beatriz Ruiz Rosa, Priscila Benitez, Gabriela Tannús-Valadão	2023
4	A percepção de professores do PEI (Planejamento Educacional Individualizado) em um curso a distância.	Adriana Oliveira Bernardes, Celeste Azulay Kelman	2020

5	O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) como estratégia para favorecer a elaboração conceitual em alunos com deficiência intelectual: o caso de Júlio.	Tamara França de Almeida Magalhães, Roberta Pires Corrêa, Érica Costa Vliese Zichtl Campos	2018
6	Escola para todos e cada um: proposta de síntese entre planejamento coletivo e planejamento individualizado.	Adriane Cenci, Amélia Rota Borges de Bastos	2022
7	Planejamento Educacional Individualizado: desafios e avanços nas práticas colaborativas de ensino.	Marta Aparecida de Mello Pereira, Ana Paula Camilo Pereira	2022
8	Planejamento Educacional Individualizado: desafios e avanços nas práticas colaborativas de ensino.	Marta Aparecida de Mello Pereira	2022
9	Planejamento docente: interfaces com o Planejamento Educacional Individualizado.	Marjorie Koto, Carla Ariela Rios Vilaronga, Jéssica Adrielle Teixeira Santos	2022
10	O atendimento educacional especializado no contexto da educação infantil: um estudo sobre a inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista.	Solange Franci Raimundo Yaegashi, Luciana Maria Caetano, Tatiana Batista, Jhonatan Phelipe Peixoto	2022
11	A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado.	Márcia Denise Pletsch, Rosana Glat	2012
12	Pedagogia diferenciada como instrumento político-pedagógico da inclusão.	Pedro U. Lima	2023
13	Teaching Planning for Students of Special Education at Instituto Federal de São Paulo.	Natany Ferreira Silva, Carla Ariela Rios Vilaronga, Enicéia Gonçalves Mendes	2023
14	Avaliação dos estudantes público alvo da educação especial: perspectiva dos professores especializados	Enicéia Gonçalves Mendes, Sabrina Mazo D'Afonseca	2018
15	O desafio do estágio docente na Modalidade Remota como práxis em Mestrado Profissional em Psicologia da Saúde	Luanna Lua Sousa Felício, Carmem Virginia Moraes da Silva	2021
16	Plano Educacional Individualizado para Estudantes com Autismo: uma análise conceitual.	Daniel da Silva Costa, Carlo Schmidt	2019
17	Estudantes com deficiência intelectual na escola contemporânea: Práticas pedagógicas exitosas.	Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro, Annie Gomes Redig	2021

18	Inteligência Artificial como ferramenta de apoio ao ensino	José Carlos Guimarães, Isidro José Bezerra Maciel Fortaleza do Nascimento, Marttem Costa de Santana, Hellyegenes de Oliveira, Tarciana Cecília de Souza Ferreira, Savio Lima Costa e Silva, Roberto Lopes Sales, Wellington Santos de Paula, Jeferson dos Santos.	2023
19	Inclusão de estudante com TEA no ensino regular e contribuições do Plano Educacional Individualizado: uma revisão sistemática da literatura.	Roseli Wolschick Rambo, Leonardo Rocha de Almeida, Rosemari Lorenz Martins	2023
20	Elaboração e validação de um Plano Educacional Individualizado para alunos com autismo.	Débora Mara Pereira, Débora Regina de Paula Nunes	2024
21	Plano educacional individualizado para a inclusão da criança autista na Educação Infantil.	Marines Andrezza de Oliveira, Rosane Meire Munhak da Silva, Adriana Zilly	2022
22	O Plano Educacional Individualizado (PEI) como ferramenta de inclusão dos estudantes com autismo na educação profissional.	Viviani Pereira Amanajás Guimarães, Veruska Ribeiro Machado	2024
23	Inclusão de alunos com autismo em sala de aula e o Plano Educacional Individualizado (PEI).	Viviane Cristina de Mattos Battistello, Elise Ribas Lisboa, Rosemari Lorenz Martins	2024
24	Atelier-classe dans le contexte brésilien: fragment d'un cas.	L. Décia, Claudia Mascarenhas, Martha Silva	2023
25	Diretrizes para a elaboração do PEI como instrumento de avaliação para educando com autismo: um estudo interventivo.	Débora Mara Pereira, Débora Regina de Paula Nunes	2018
26	Educational Strategies of Behavior Analysis Applied to Students with Autism Spectrum Disorder.	Daniele Coutinho, Diógenes José Gusmão Coutinho	2024
27	Formação docente para o atendimento educacional especializado por meio da pesquisa-ação.	Suzanli Estef, Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro	2023
28	Formação docente para o atendimento educacional especializado por meio da pesquisa-ação.	Suzanli Estef, Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro	2023
29	Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo.	Daniel da Silva Costa, Carlo Schmidt, Sígla Pimentel Höher Camargo	2023
30	O Transtorno do Espectro Autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação.	Marily Oliveira Barbosa	2018

31	Promovendo a inclusão escolar de crianças autistas em escola municipal de ensino fundamental: estratégias, desafios e impactos.	Eliane de Oliveira	2023
32	Entendimento do espectro autista por pais/cuidadores – estudo descritivo.	Francidalma Soares Sousa Carvalho-Filha, Iel Marciano de Moraes Filho, Janderson Castro dos Santos, Marcus Vinícius da Rocha Santos da Silva, Najra Danny Pereira	2018
33	Planejamento Educacional Individualizado na Classe Hospitalar: apontamentos de professores em um curso de formação reflexiva colaborativa.	Adriana Garcia Gonçalves, Aline Ferreira Rodrigues Pacco	2021
34	Transtorno do Espectro Autista e as estratégias pedagógicas para assegurar a inclusão: um estudo das produções científicas.	Queilânia Silva Lô Almeida, Vaneide Souza de Oliveira, Lílian Moreira Cruz	2024
35	Contexto histórico e político para uma ação propositiva de organização e operacionalidade do Plano Educacional Individualizado de estudantes com deficiências.	Gabrielle Lenz da Silva, Sígliã Pimentel Höher Camargo, Maria Paula Mello, Daniel da Silva Costa	2022
36	Formação continuada de professores e as contribuições para a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	Lucas Alves de Oliveira Lima, Luana Almeida dos Santos, Denilson de Souza Santos, Nelson Nunes da Silva Lopes Júnior, Sara Morais, Lissandro Botelho, Elyson Á. N. Carvalho, Gregory Matheus Xavier dos Santos, Alexandra Guedes, Fernanda Silva	2023
37	A utilização do Plano de Desenvolvimento Individual por professores em Minas Gerais.	Bruna Cristina da Silva Hudson, Adriana Araújo Pereira Borges	2020
38	A interação social de indivíduos com Transtorno de Espectro Autista no ambiente escolar.	Vanessa Rodrigues de Gusmão, Elnatan Bezerra de Souza, Fernando Rocha, Norberto Huber, Cláudia Esther Reis Godinho, Titan de Lima, Luana Samara Ramalho dos Santos, Cilene Ferreira dos Santos Silva, Luis Carlos Ferreira de Oliveira	2024
39	Desafios na educação de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	Luana Samara Ramalho dos Santos, Taciana Silveira Passos, Mariana de Barros, Márcia Maria de Oliveira Santos, Cilene Ferreira dos Santos Silva, Marcelo Dantas Tavares de Melo, A. S. do Nascimento, Kássia Silva Oliveira	2024
40	Diálogos clínicos entre Arteterapia e Artes Visuais: Relatos de experiências a partir de um curso de formação docente.	Larissa Guilherme Pessoa de Assis e Souza, Natália de Sousa Antunes	2022

41	Diálogos clínicos entre arteterapia e artes visuais: relatos de experiências a partir de um curso de formação docente.	Larissa Guilherme Pessoa de Assis e Souza, Natália de Sousa Antunes	2022
42	Inclusão do Aluno Autista em Escolas de Ensino Regular.	Adriana Da Silva dos Santos, Nádia Ligianara Dewes Nyari, Moacir Juliani	2022
43	Formação de professores de creche e Transtorno do Espectro Autista: resultados de um curso presencial e a distância.	Rafael Vilas Boas Garcia, Fátima Elisabeth Denari	2023

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A partir da análise dos artigos selecionados, utilizamos as contribuições teóricas e práticas para aprofundar a compreensão sobre o PEI e sua aplicação na formação docente e na inclusão escolar. Essas análises e percepções adquiridas por meio dos artigos selecionados sublinham a necessidade de uma abordagem educativa que transcenda a aplicação técnica do PEI e se concentre em suas implicações práticas para a inclusão efetiva. Para que o PEI não se limite a um documento formal, é essencial que a prática pedagógica seja capaz de responder às demandas e desafios específicos que cada aluno enfrenta.

A ênfase aqui está na compreensão de que a inclusão vai além da simples presença física do estudante na escola, demandando uma abordagem pedagógica que reconheça e se adapte às necessidades específicas de cada indivíduo. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) aborda esse olhar atento no Art. 28 que incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino (Brasil, 2015).

Esse entendimento reforça a importância de uma pedagogia diferenciada, que não apenas respeite as diferentes maneiras de aprender dos estudantes, mas que também seja adaptada para atender às suas necessidades únicas de cada estudante, promovendo uma verdadeira inclusão.

Ao considerar a aplicação das medidas individualizadas reconhecemos a importância de um PEI, que desempenha um papel crucial na personalização do processo de ensino-aprendizagem. Este plano, ao ser elaborado de maneira cuidadosa e individualizada, leva em conta as características únicas do aluno, suas

habilidades, desafios e potenciais, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e propício ao desenvolvimento pleno.

Nesse contexto, as adaptações curriculares discutidas por Mendes (2015) refletem diretamente na construção e aplicação de um PEI. Segundo a autora, as adaptações de pequeno porte, tais como a modificação dos objetivos, conteúdos e métodos de ensino, são cruciais para ajustar as práticas pedagógicas às necessidades individuais dos alunos. Essas adaptações permitem priorizar e organizar objetivos educacionais, ajustando conteúdos excessivos ou complexos, e adaptar métodos de ensino e organização didática de acordo com o estilo de aprendizagem de cada estudante, sempre com o foco em garantir que o aluno aprenda de forma eficiente e significativa.

Conforme Mendes (2015),

As adaptações curriculares adaptativas podem ser feitas por meio de modificações de instrumentos já estabelecidos de avaliação, e também nas diversas possibilidades de expressão da resposta pelo aluno. [...] A avaliação tem a função de coletar informações que subsidiem decisões sobre quais conteúdos já foram aprendidos pelo aluno, quais ainda não foram, e a necessidade de retomada, de forma a permitir o avanço no processo de ensino a partir da promoção de ajustes necessários às suas demandas educacionais (Mendes, 2015, p. 108).

Mendes também destaca a importância da adaptação no sistema de avaliação e da temporalidade, ambas centrais para o sucesso do PEI. A avaliação, por exemplo, pode ser modificada para refletir os avanços e desafios individuais de cada aluno, e o tempo necessário para a realização das atividades pode ser ajustado para acompanhar o ritmo do estudante. Essas adaptações, chamadas por Mendes de “acomodações”, visam facilitar o acesso à aprendizagem e promover a inclusão por meio de intervenções personalizadas, que são a essência de um PEI bem-sucedido.

Portanto, a implementação de um PEI está profundamente enraizada nas adaptações curriculares de pequeno porte, conforme descrito por Mendes, sendo um meio de garantir que as necessidades educacionais dos alunos sejam atendidas de maneira inclusiva e eficaz, assim, para o trabalho adequado no ambiente de sala de aula inclusiva, é necessário que o professor tome decisões relacionadas ao planejamento e execução das atividades, como o tempo disponibilizado para os alunos compreenderem e realizarem a tarefa, o período de transição entre uma atividade e outra, o ritmo de todos e as próprias decisões do grupo. Nesse sentido, o

papel do professor vai além de seguir um planejamento rígido; ele deve ser capaz de ajustar o ensino conforme as necessidades individuais de seus alunos.

Mas, apesar do planejamento prévio, é importantíssimo que o professor consiga monitorar e adaptar o seu plano de ação do dia conforme as demandas que surgirem no decorrer do trabalho. A flexibilidade e a capacidade de adaptação são essenciais para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo, onde cada aluno, independentemente de suas dificuldades ou habilidades, tenha oportunidades reais de aprendizado e desenvolvimento.

O Currículo para a inclusão, conforme Uchoa e Chacon (2022, p. 13), "volta-se para a realidade concreta e as subjetividades dos sujeitos envolvidos no processo educativo". Essa perspectiva destaca a importância de adaptar o currículo às diversas realidades dos alunos, promovendo uma educação que respeite e valorize as singularidades de cada indivíduo. Para isso, é fundamental realizar flexibilizações nos conteúdos, nas metodologias e nos processos avaliativos, a fim de atender às necessidades individuais de todos os alunos. Essa abordagem não apenas enriquece o ambiente escolar, mas também garante que cada estudante tenha a oportunidade de aprender de maneira significativa e inclusiva.

Assim, a partir da complexidade de se planejar essas formas de adaptação, ressaltamos a importância da construção do PEI para os estudantes, para que tenha garantido o direito de oferta de uma educação inclusiva que atenda suas particularidades.

Mendes ainda acrescenta que,

Chamamos a atenção para o fato de que as acomodações não devem ser vistas como formas de facilitar o ensino para alunos do PAEE, fazendo com que o ensino proporcionado a eles esteja aquém de suas possibilidades. Pelo contrário, o desafio deste ajuste no ensino está em propor algo que desafie o processo de construção de conhecimento do aluno, e as decisões de como fazer isso nem sempre são simples ou fáceis de serem tomadas. Por isso, é recomendável a elaboração coletiva de um planejamento educacional individualizado, onde as necessidades de adaptações já estejam previstas, evitando improvisações, e que, além disso, sejam feitas avaliações periódicas, envolvendo a equipe escolar para que as decisões sejam compartilhadas, o que reduz o risco de se tomar decisões que sejam mais convenientes para o professor do que para responder às necessidades dos alunos PAEE (Mendes, 2015, p. 109).

Essa reflexão destaca que o foco das adaptações no PEI deve ser o desenvolvimento contínuo e desafiador do estudante, garantindo que as decisões pedagógicas estejam voltadas para o crescimento educacional do estudante e não

para a conveniência do ensino. Dessa forma, o PEI funciona como uma ferramenta crucial para antecipar as necessidades dos alunos, mantendo o equilíbrio entre suas capacidades e o currículo proposto, além de promover uma avaliação colaborativa com a equipe escolar.

Dessa forma, o PEI funciona como um guia flexível e dinâmico, que pode ser ajustado ao longo do tempo conforme o aluno evolui. Ao reconhecer que a inclusão vai além da simples presença física do estudante na escola, como descrito por Mendes (2015), o PEI emerge como uma ferramenta fundamental para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas limitações ou capacidades, possam ter acesso ao currículo e desenvolver-se plenamente.

Lopes-de-Lima (2023), que afirma que,

Além de estruturar as aptidões e necessidades, também deve organizar as informações que ditam a construção do abismo entre as capacidades do aluno e as expectativas educacionais presentes em diversos contextos da vida dele. As observações se fazem indispensáveis no objetivo de tornar o programa dinâmico e leal à realidade atual do aluno, ou seja, acompanhar a evolução de suas aptidões e necessidades, estando em constante evolução e elaboração de estratégias em conjunto com todos que compõem o suporte transacional do aluno com deficiência (Lopes-de-Lima, 2023, p. 7).

Nesse sentido, as observações se tornam indispensáveis para que o programa se mantenha dinâmico e alinhado à realidade do aluno, permitindo um acompanhamento contínuo de sua evolução. Isso reforça a importância de ajustar constantemente as práticas pedagógicas, não apenas para atender às necessidades individuais dos estudantes, mas também para criar um ambiente educacional que reconheça e valorize suas singularidades. Essa abordagem colaborativa envolve todos os membros do suporte transacional do estudante com deficiência, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva e responsiva.

A conexão entre as teorias de Mendes e Lopes-de-Lima evidencia a necessidade de uma abordagem flexível e dinâmica no PEI. Mendes (2015) destaca que as acomodações devem desafiar o processo de construção do conhecimento dos estudantes, evitando simplificações que limitam o potencial educacional e promovendo um planejamento colaborativo que contemple as necessidades reais dos estudantes. Esse ponto é complementado por Lopes-de-Lima (2023), que argumenta que o PEI deve não apenas estruturar as aptidões e necessidades dos estudantes, mas também adaptar-se continuamente às suas evoluções e contextos individuais. Assim, enquanto Mendes enfatiza a importância de ajustar o ensino para

promover o desenvolvimento intelectual desafiador, Lopes-de-Lima reforça que esse processo deve ser dinâmico e responsivo, alinhando as práticas pedagógicas com a realidade atual de cada aluno. Juntas, essas perspectivas ilustram a necessidade de um PEI que funcione como um guia flexível e adaptável, capaz de evoluir conforme as necessidades dos alunos e garantir um ambiente educacional inclusivo e efetivo.

Esses processos podem ser diretamente associados à teoria de Jean Piaget, que aborda a acomodação, a assimilação e a equilibração no desenvolvimento cognitivo. Piaget enfatiza que a aprendizagem é um processo contínuo de ajuste e adaptação às novas informações e experiências. A acomodação e a assimilação são mecanismos pelos quais os indivíduos ajustam seus esquemas cognitivos para incorporar novas informações e experiências (Piaget, 1973).

Ao planejar atividades educacionais, é fundamental considerar os processos de assimilação e acomodação descritos por Piaget (1989), que estão no cerne da construção do conhecimento pelas crianças. A assimilação ocorre quando o estudante integra novas informações aos esquemas já existentes, enquanto a acomodação envolve a modificação destes esquemas para lidar com novas situações. A aprendizagem eficaz exige um equilíbrio entre esses dois processos, o que Piaget chamou de equilibração.

Dessa forma, entendemos que o PEI, ao respeitar esses mecanismos cognitivos, pode oferecer desafios adequados que provoquem a reflexão e o ajustamento dos esquemas mentais dos estudantes, estimulando seu desenvolvimento. A abordagem de Piaget destaca que a interação ativa com o ambiente, por meio da exploração, manipulação de objetos e resolução de problemas, permite que os estudantes avancem em seu desenvolvimento cognitivo. O PEI, portanto, deve incluir atividades que promovam esse equilíbrio, possibilitando o progresso intelectual e o aprimoramento do potencial de cada estudante.

Além disso, Piaget (1989) enfatiza a importância da autonomia e da construção do conhecimento pelo próprio estudante. O papel do professor é o de solicitador, criando um ambiente propício para a descoberta e o questionamento, estimulando a reflexão e fornecendo suporte, quando necessário.

Sob a perspectiva de Piaget (1989), entende-se que, conforme nos mostra Oliveira e Sampaio (2022), os conceitos de equilibração, mecanismos de assimilação e acomodação podem favorecer a sua aplicabilidade no cotidiano escolar inclusivo tendo em vista o trabalho pedagógico.

A equilíbrio é um processo fundamental no desenvolvimento cognitivo, pois representa a busca constante do indivíduo por um estado de equilíbrio entre seus esquemas cognitivos e as experiências do ambiente. Na prática educativa inclusiva, promover a equilíbrio significa criar oportunidades para que todos os alunos, independentemente de suas capacidades ou necessidades específicas, possam interagir com o conteúdo de forma a integrar novas informações de maneira harmoniosa. Isso pode ser feito por meio de atividades desafiadoras e estimulantes que incentivem a reflexão e a reorganização do conhecimento pré-existente. Ao atingir um novo estado de equilíbrio, os alunos conseguem não apenas absorver novos conhecimentos, mas também desenvolver habilidades críticas e criativas essenciais para sua formação integral.

Oliveira e Sampaio (2022) afirmam que,

Dependendo da situação de aprendizagem oferecida, um resultado se configurará. Quanto mais atividades mecânicas forem oferecidas aos estudantes em situação de deficiência intelectual, ou a qualquer outro estudante, maior prejuízo à cognição. Em contrapartida, quanto mais atividades desafiadoras e estimulantes forem oferecidas a todos, melhor desempenho. Com a ativação da equilíbrio, o estudante deve transformar a si e a sua interação com o meio (Oliveira; Sampaio, 2022, p. 5).

Nesse sentido corroboramos com o trabalho de Oliveira e Sampaio (2022), quando se refere à teoria piagetiana e as questões inclusivas. O presente trabalho evidencia a importância das atividades no processo de construção do conhecimento e o papel da mediação com impacto positivo no trabalho com alunos com deficiência intelectual, por exemplo. Isso evidencia a importância de compreender que para Piaget o sujeito epistêmico “constroi seu mundo e se constroi dialeticamente através da ação”, sendo a ação a promotora do comportamento, lembrando que ação no sentido de compreender “tanto a ação motora propriamente dita, observável diretamente, quanto a ação mental, na qual a atividade é interna, observável de modo indireto” (Oliveira e Sampaio, 2022, p. 03).

O conceito de assimilação refere-se ao processo pelo qual os indivíduos incorporam novas informações aos esquemas já existentes sem modificá-los significativamente. No contexto escolar inclusivo, a assimilação pode ser facilitada por meio da utilização de materiais e atividades que se relacionem com o conhecimento prévio dos alunos. Por exemplo, ao introduzir novos conceitos matemáticos, um professor pode fazer uso de situações cotidianas familiares aos

alunos, permitindo que eles relacionem o novo conteúdo com experiências já conhecidas. Dessa forma, a assimilação torna-se um processo natural, onde a aprendizagem ocorre de maneira contínua e acessível.

Assim, segundo Sanchis e Mahfoud (2007),

Ela não tem como objetivo atingir uma harmonia perfeita entre os sujeitos e o mundo. Pelo contrário, supõe um desequilíbrio permanente, para que novas estruturas possam surgir. Significa, em suma, a abertura para as possibilidades de compreensão e de relacionamento com o mundo (Sanchis; Mahfoud, 2007, p.169).

Por outro lado, a acomodação envolve a modificação dos esquemas existentes ou a criação de novos esquemas para integrar informações que não podem ser assimiladas facilmente. No entanto, é importante destacar que os processos de assimilação e acomodação são indissociáveis e ocorrem de forma integrada no desenvolvimento cognitivo. Enquanto a assimilação incorpora novas informações aos esquemas já existentes, a acomodação ajusta esses esquemas para lidar com novas situações. Na educação inclusiva, essa dinâmica é particularmente relevante, pois exige a adaptação contínua das abordagens pedagógicas para atender às diversas necessidades dos estudantes.

Essa indissociabilidade entre assimilação e acomodação reflete a necessidade de métodos pedagógicos flexíveis, como a utilização de recursos visuais, auditivos ou táteis, que permitam a todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades especiais, compreender e participar ativamente do processo de aprendizagem. Dessa forma, o professor pode ajustar constantemente sua prática para garantir que o conteúdo seja acessível e significativo para cada estudante.

A integração desses processos no desenvolvimento cognitivo é bem descrita por Sanchis e Mahfoud (2007), que afirmam:

A partir das interações, o conhecimento se direciona simultaneamente para os dois pólos. Isto é, há um duplo processo de interiorização e exteriorização, na direção de uma compreensão do sujeito e do objeto, respectivamente. O sujeito se constrói, então, nesta dupla relação de construção do conhecimento do outro e de si, na interação mesma com o outro. Pode-se pensar num diálogo constante do sujeito com o mundo e com sua própria subjetividade, que se transforma por causa mesmo desse diálogo (Sanchis; Mahfoud, 2007, p.172).

Dessa maneira, o PEI, ao considerar o indivíduo como capaz de progresso e compreender seu momento de desenvolvimento cognitivo, pode oferecer desafios adequados, estimular a interação ativa com o ambiente e promover a autonomia na

construção do conhecimento. A compreensão da teoria piagetiana, portanto, é fundamental para promover uma educação inclusiva e de qualidade, valorizando a diversidade e o desenvolvimento pleno dos estudantes como indivíduos e cidadãos.

Desta forma, podemos compreender que essa personalização da aprendizagem é importante pois as particularidades dos estudantes devem ser respeitadas.

Para Pletsch e Glat (2013):

[..] elaboração e à avaliação de PEIs, a fim de promover práticas de ensino customizadas a partir das especificidades de cada aluno, pois, como dissemos, não há uma única forma de atender às necessidades educacionais de todos os alunos com deficiência ou outras condições atípicas no desenvolvimento (Pletsch; Glat, 2013, p. 20-21).

Entendemos que a efetivação de tal proposta educacional só será alcançada se o currículo e as práticas pedagógicas levarem em consideração as especificidades do processo educacional de cada aluno e não partirem do padrão de homogeneidade predominante, ainda hoje, na maioria das escolas (Glat; Pletsch, 2013). A personalização do aprendizado reconhece diferenças em habilidades e ritmos. Com esse planejamento, professores adaptam as abordagens às particularidades de cada aluno, considerando potencialidades, desafios, preferências e motivações para estratégias de ensino mais relevantes.

Para Pletsch e Glat (2013), é importante incorporar o PEI à formação docente, argumentando que os professores devem estar preparados para lidar com a diversidade de estudantes em suas salas de aula. Destacam ainda a necessidade de aqueles adquirirem conhecimentos e habilidades específicas para desenvolver e implementá-lo de forma eficaz. A parceria entre professores, estudantes e famílias é crucial, pois permite a identificação de necessidades para definir metas e monitorar progresso.

Um estudo realizado por Valadão em 2013 examinou a implementação bem-sucedida do Plano de Desenvolvimento Individual (PEI) em um contexto de Educação Especial. A pesquisa adotou a metodologia da pesquisa-ação colaborativa, envolvendo 34 educadores de Educação Especial em 2013, e seguiu cinco etapas: condução dos procedimentos éticos, diagnóstico da situação inicial dos procedimentos de avaliação e planejamento educacional, desenvolvimento do programa de formação, implementação e avaliação. Esse estudo demonstrou que a implementação bem-sucedida do PEI na Educação Especial requer uma abordagem

colaborativa, formação adequada, condições de trabalho favoráveis e um compromisso dos profissionais envolvidos. Além disso, destacou a importância de abordar os desafios relacionados à colaboração interprofissional e à falta de articulação entre diferentes setores da educação e saúde.

Assim, entendemos que é importante que o professor conheça e saiba como utilizar planos individuais eficazes, promovendo colaboração educativa. Vale ressaltar que o PEI é um documento elaborado pelo professor da SRM em conjunto com os demais profissionais que atende o estudante com deficiência no espaço escolar. Essa abordagem personalizada está alinhada com a perspectiva inclusiva no espaço escolar, não diferenciando ou adaptando o conteúdo para o estudante com deficiência, mas sim, personalizando o processo educativo de acordo com suas necessidades específicas. Desta forma, o PEI emerge como uma ferramenta crucial na promoção da inclusão.

3.1 PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO UM DOCUMENTO PERSONALIZADO

O PEI é uma prática pedagógica essencial para garantir a inclusão educacional de estudantes com necessidades específicas, e sua implementação tem respaldo em um amplo arcabouço legal no Brasil. Diversas legislações asseguram o direito à educação inclusiva e a necessidade de oferecer suporte adequado, considerando as particularidades de cada estudante. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a Lei Berenice Piana e outras normativas formam a base legal que exige a formulação e execução de planos individualizados.

A Lei nº 9.394/96 (LDB) prevê, em seus artigos 58 a 60, a oferta de educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino, com adaptações pedagógicas para atender às necessidades dos estudantes. De acordo com a LDB:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular (Brasil, 1996).

A Lei nº 13.146/15, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), reforça

essa obrigação, estabelecendo que o poder público deve garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, com adaptações curriculares que promovam a participação plena dos estudantes. Conforme estabelece o Art. 28 da LBI:

O poder público deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II – aprimoramento dos sistemas educacionais inclusivos, mediante a oferta de condições adequadas de acessibilidade e de apoio para garantir a permanência do aluno com deficiência na escola, com vistas à sua formação integral e à preparação para o exercício da cidadania e do trabalho; III – oferta de educação bilíngue, em Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – Libras, como primeira língua, e na modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e inclusivas (Brasil, 2015).

Essas legislações convergem para a necessidade de criar ambientes educacionais acessíveis, sendo o PEI uma ferramenta central para adaptar as práticas pedagógicas às necessidades individuais dos estudantes. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/14), em sua Meta 4, estabelece a universalização do atendimento escolar para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com o devido apoio especializado. O Decreto nº 8.368/14 reforça a obrigatoriedade de adaptação de currículos e organização pedagógica para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), prevendo o uso de estratégias como o PEI.

No âmbito estadual, a Deliberação nº 02/2016 do Paraná, no Art. 5º, salienta que a Educação Especial deve:

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes no processo educacional, considerando suas necessidades específicas (Paraná, 2016).

Essa deliberação complementa as normas federais, garantindo a implementação do PEI como uma prática obrigatória para promover a equidade e a inclusão nos sistemas de ensino.

Portanto, o PEI é respaldado por uma vasta base legal que visa garantir que estudantes com necessidades educacionais específicas recebam o apoio necessário para o seu desenvolvimento. Ele deve ser implementado em todas as escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com o objetivo de assegurar que as barreiras à aprendizagem sejam eliminadas, permitindo uma participação plena e

inclusiva no ambiente escolar.

Nesse contexto, o PEI surge como uma ferramenta pedagógica que visa eliminar as barreiras à aprendizagem e à participação plena dos estudantes com deficiência. Ao garantir adaptações e modificações necessárias no processo educacional, o PEI contribui para a efetivação de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo, de acordo com os princípios da LBI, que orienta a construção de estratégias para remover obstáculos que dificultam a inclusão escolar e social dos alunos. A criação e a implementação do PEI não apenas asseguram o direito à educação, mas também promovem o respeito à diversidade e à equidade, alinhando-se com o compromisso de construir uma sociedade mais inclusiva.

A personalização do ensino proporcionada pelo PEI não se restringe apenas à adaptação de métodos de instrução; ela permeia todo o ambiente educacional. Esse documento é uma bússola que guia educadores, familiares e profissionais de apoio, delineando estratégias específicas para maximizar o potencial de cada aluno. Ao reconhecer as distintas formas de aprender e as necessidades específicas de suporte, o PEI estabelece as bases para um processo educacional mais efetivo e inclusivo.

O PEI representa um instrumento pedagógico fundamental para promover a inclusão educacional de estudantes com necessidades específicas. Seu objetivo é oferecer uma estrutura curricular flexível e adaptada às singularidades de cada aluno, rompendo com o modelo tradicional de ensino baseado em conteúdos padronizados. Conforme apontam Lima, Ferreira e Silva (2018):

O pressuposto inicial é de que pensar em um currículo individualizado encontra relação com o rompimento de paradigmas existentes, posto que, o plano que será traçado para o aluno, não necessariamente seguirá o conteúdo completo do ano em que está matriculado, podendo ser baseado em metas específicas, por meio de um programa criado de forma personalizada para atender suas necessidades. Outro pressuposto é de que o PEI se efetivará com o envolvimento dos profissionais da área, e não somente pela via das políticas educacionais instituídas (Lima, Ferreira e Silva, 2018, p. 129).

O PEI, portanto, transcende a mera adaptação de métodos de ensino, transformando-se em um guia abrangente que não apenas respeita, mas celebra a diversidade dentro da sala de aula. Ao focalizar no aluno como indivíduo, esse documento personalizado não apenas abre portas para a aprendizagem, mas constroi pontes para a autonomia, a autoestima e a participação plena na comunidade educacional e, por extensão, na sociedade. Dessa forma, o

Planejamento Educacional Individualizado não é apenas um conjunto de estratégias; é um compromisso coletivo com a construção de um ambiente educacional que valoriza e nutre cada trajetória única de aprendizado.

3.1.1 Explorando a abordagem do PEI

O PEI baseia-se em princípios fundamentais que sustentam sua eficácia na promoção da inclusão educacional. Um desses princípios é a individualização, que reconhece a singularidade de cada aluno. O PEI não segue uma abordagem padronizada, mas sim, se adapta às características, necessidades e potenciais específicos de cada estudante. Essa individualização permite que o documento seja verdadeiramente representativo, atendendo às demandas únicas de aprendizado.

Lima, Ferreira e Silva, 2018 afirmam que:

O PEI se identifica como um instrumento capaz de mobilizar as informações inerentes ao aluno sob a perspectiva de suas habilidades presentes e/ou necessárias, servindo de um método de reflexão e análise para o planejamento e acompanhamento dos alunos durante o ano letivo (Lima, Ferreira e Silva, 2018, p.138).

Outro princípio essencial para a formulação do PEI é a colaboração, pois este documento é resultado de uma construção coletiva que envolve educadores, especialistas, familiares e, quando possível, o próprio estudante. Essa colaboração não apenas enriquece o processo de planejamento, mas também fortalece o comprometimento conjunto com o sucesso educacional do aluno. A diversidade de perspectivas proporciona uma compreensão mais abrangente das necessidades do estudante.

Pletsch e Glat (2013) afirmam que:

[...] é fundamental que a proposta do PEI seja elaborada de forma colaborativa entre os professores especialistas de suporte e os regentes da turma comum, assim como, quando necessário (especialmente nos casos de maior comprometimento), com a participação dos profissionais da saúde (terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos e outros) (Pletsch; Glat, 2013, p. 32).

Essa abordagem integrada assegura que todos os aspectos do desenvolvimento do aluno sejam considerados no planejamento.

Assim, alinhado com a Resolução nº 4, em seu artigo 9º (Brasil, 2009), que aponta para a necessidade de realização de um trabalho em colaboração entre professores do ensino regular e do Atendimento Educacional

Especializado (AEE), contribuindo para o desenvolvimento desse estudante, conforme também se verifica no inciso VII do Art. 13,

VII-estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (Brasil, 2009, Art.13).

O PEI incorpora estratégias-chave que visam atender às necessidades educacionais específicas do aluno. A adaptação de métodos de ensino é uma dessas estratégias, garantindo que a abordagem pedagógica seja ajustada de acordo com as características e capacidades do estudante. Essa flexibilidade é crucial para proporcionar um ambiente de aprendizagem efetivo.

Além disso, a definição clara de metas e objetivos específicos é uma prática essencial no PEI. Ao estabelecer metas mensuráveis e realistas, o documento fornece uma estrutura clara para avaliação e monitoramento do progresso do aluno. Isso contribui para um processo educacional mais direcionado e eficaz.

A abordagem do PEI tem um impacto significativo na promoção de uma educação inclusiva. Ao reconhecer a diversidade de habilidades, estilos de aprendizagem e necessidades, o PEI cria um ambiente que valoriza cada trajetória única de aprendizado. A personalização do ensino não apenas respeita as diferenças, mas as celebra, transformando-as em oportunidades de crescimento.

Nessa perspectiva, Lima, Ferreira e Silva (2018) afirmam que o PEI vem sendo apresentado como uma importante estratégia para elaborar, implementar e avaliar adaptações curriculares que favoreçam a inserção de estudantes com deficiência, norteadas as ações pedagógicas dos professores (Braun; Vianna, 2011).

3.1.1.1 Detalhando os componentes do PEI

Dentro da abordagem do PEI, faz-se relevante compreender os componentes que o constituem, delineando seu papel fundamental na construção de uma educação inclusiva e personalizada.

Ao explorar os componentes do PEI de maneira detalhada, buscamos não apenas compreender sua aplicação prática, mas também reconhecer seu papel integral na promoção de uma educação inclusiva e personalizada. Essa abordagem holística visa atender às diversas necessidades dos estudantes, celebrando suas singularidades e cultivando um ambiente educacional que valoriza cada jornada

única de aprendizado.

Pletsch e Glat (2013) oferecem uma síntese abrangente dos elementos essenciais que devem compor o Planejamento Educacional Individualizado (PEI). Sua abordagem consiste na análise e adaptação da obra "Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares" de Luís de Miranda Correia (1999). Nesse sentido, as autoras apresentam de maneira clara e elucidativa os principais componentes que compõem esse documento.

Quadro 3 - Níveis de planejamento do PEI.

Níveis	Descrição
Nível I Identificação	Identificação das necessidades educativas dos alunos.
Nível II Avaliação	Avaliação das áreas "fortes" e "fracas" do aluno. Neste nível, ocorre a elaboração do PEI entrelaçada com as adaptações curriculares e ambientais (manejo de sala de aula) necessárias para atender ao aluno.
Nível III Intervenção	Neste nível, ocorrem a intervenção a partir dos objetivos propostos no PEI e a reavaliação do aluno.

Fonte: Glat e Pletsch (2013).

O Quadro 3, traz de forma clara, conforme assevera Glat e Pletsch (2013), os distintos estágios que compõem o processo de desenvolvimento do PEI, oferecendo uma visão abrangente e estruturada para o atendimento educacional personalizado de alunos com necessidades educativas especiais.

No primeiro nível, o enfoque principal reside na identificação cuidadosa das necessidades educativas individuais de cada estudante. Este estágio serve como a base fundamental para a construção do PEI, proporcionando uma compreensão aprofundada das características, desafios e potenciais únicos de cada estudante.

No segundo nível, a atenção volta-se para a avaliação minuciosa das áreas "fortes" e "fracas" do estudante. Durante esse estágio, ocorre não apenas a elaboração do PEI, mas também a integração de adaptações curriculares e ambientais. Além disso, há um foco específico no manejo da sala de aula, visando criar um ambiente propício que favoreça o aprendizado do aluno.

No terceiro nível, a implementação ganha destaque. Aqui, as intervenções delineadas nos objetivos do PEI são postas em prática, buscando atender às

necessidades identificadas anteriormente. Simultaneamente, ocorre uma reavaliação do estudante, permitindo ajustes e adaptações conforme o progresso registrado. Este estágio representa a aplicação prática do plano, visando não apenas melhorar o desempenho acadêmico, mas também promover o desenvolvimento educacional holístico do aluno.

As autoras, também apresentam os componentes básicos do PEI, oferecendo uma estrutura abrangente para a construção de PEIs, reforçando a necessidade de uma abordagem colaborativa, centrada no estudante e adaptada às suas necessidades específicas.

Quadro 4 - Componentes básicos do PEI

Componentes	Descrição
Nível atual de desenvolvimento	Obtido por meio de avaliação formal e/ou informal que indique o nível atual de desempenho do aluno, bem como informações sobre sua trajetória escolar.
Modalidade de atendimento	Contexto de escolarização do aluno: sala regular, com ou sem suporte especializado; classe especial ou escola especial. Aqui também são analisadas possíveis parcerias com a área da saúde, se for o caso.
Planejamento do suporte	Tempo, duração e periodicidade do suporte especializado.
Objetivos gerais	Conjunto de metas educacionais anuais a serem atingidas nas diferentes áreas curriculares.
Objetivos específicos	Conjunto de objetivos que estabelecem etapas intermediárias entre o nível atual de desenvolvimento do aluno e os objetivos anuais.
Avaliação e procedimentos pedagógicos	CrITÉrios e procedimentos a serem empregados para atingir os objetivos propostos, de acordo com as diretrizes curriculares da instituição para o ano letivo.
Reavaliação	Revisão periódica dos objetivos e propostas elaborados para o aluno, a partir de seu desenvolvimento.
Composição da equipe	A proposta do PEI é elaborada coletivamente pelos profissionais envolvidos no processo educativo do aluno. O ideal é que, pelo menos, o professor da classe comum e o do suporte especializado (AEE) atuem conjuntamente.
Anuência parental	Aprovação do PEI por parte dos pais. O ideal é que eles possam participar, em alguma medida, da elaboração do PEI, bem como, no caso de jovens, os próprios alunos.

Fonte: Glat e Pletsch (2013).

Nesse quadro é possível ver de maneira abrangente e detalhada os

componentes básicos que constituem o PEI. Cada elemento desse quadro desempenha um papel crucial na concepção e execução de um plano que atenda às necessidades educativas especiais de forma personalizada.

Nessa perspectiva, podemos destacar a importância de avaliações formais e informais, visando compreender o nível atual de desempenho do estudante e sua trajetória escolar. Essa análise serve como base para a construção de objetivos realistas e adaptados às capacidades individuais do estudante. Considerando também, as diversas modalidades de escolarização, desde a sala regular até as classes ou escolas especiais. Além disso, as autoras destacam a possibilidade de parcerias com a área da saúde, evidenciando uma abordagem multidisciplinar na promoção do desenvolvimento do aluno, abordando aspectos temporais do suporte especializado, delineando a frequência e a duração desse suporte. Isso contribui para uma visão mais concreta e aplicável do processo de intervenção.

Podemos também afirmar que o PEI define metas educacionais de curto, médio e longo prazo com objetivos específicos que representam etapas intermediárias. Esses componentes são essenciais para guiar o desenvolvimento do aluno de forma progressiva e alinhada com suas capacidades.

Quanto à avaliação, especifica os critérios e procedimentos para avaliação, alinhados às diretrizes curriculares da instituição. Isso assegura a consistência e a transparência no acompanhamento do progresso do estudante, destacando também a necessidade de uma revisão periódica dos objetivos e propostas, adaptando-as conforme o desenvolvimento do estudante.

Como todo trabalho no ambiente escolar, o PEI enfatiza a importância da colaboração entre os profissionais envolvidos no processo educativo do estudante. Destaca-se a necessidade de cooperação entre o professor da classe comum e o do suporte especializado (AEE), promovendo uma abordagem integrada. Reconhece a importância da participação dos pais no processo, desde a aprovação até a possível contribuição na elaboração do PEI. Inclui também a consideração da participação dos próprios estudantes, quando possível.

4 METODOLOGIA

A metodologia é de fundamental importância na pesquisa, oferecendo

direcionamento, credibilidade e validade aos resultados. Ela define como os dados serão coletados, analisados e apresentados, assegurando eficiência na utilização de recursos. Além disso, a metodologia contribui para a ética na pesquisa, garantindo o respeito aos participantes. Sua importância reside na criação de uma estrutura sólida, base teórica e na capacidade de adaptar-se a diferentes contextos, promovendo assim o avanço do conhecimento científico.

4.1 ESTRUTURA DE INVESTIGAÇÃO

O estudo é apresentado por meio de pesquisa qualitativa, adequada à busca de percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação (Godoy, 1995). Nesse sentido, pretendemos aprofundar a compreensão do PEI e os seus resultados, levantando questões que podem gerar investigações, contribuindo para o entendimento da educação de áreas afins, possibilitando ampliar seu tema e objeto. Além de valorizar o ser humano, pretende estimular os envolvidos a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito, fazendo emergir aspectos subjetivos e atingindo motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. Antonio Chizzotti (2013), diz que,

As pesquisas qualitativas, por outro lado, não tem um padrão único porque admitem que a realidade é fluente e contraditória e os processos de investigação dependem também do pesquisador[...]. Para este, a epistemologia significa os fundamentos do conhecimento que dão sustentação à investigação de um problema (Chizzotti, 2013, p. 26).

Chizzotti (2013) argumenta que a pesquisa qualitativa é uma abordagem fundamental para compreender fenômenos complexos e contextualizados, especialmente aqueles relacionados à sociedade e à cultura. Ele enfatiza que essa metodologia permite uma compreensão mais profunda e rica dos significados atribuídos pelos participantes, explorando suas experiências e perspectivas de maneira mais holística e destaca que a pesquisa qualitativa é especialmente valiosa quando se trata de explorar processos sociais, relações interpessoais e contextos culturais. Ele ressalta ainda, a importância de métodos flexíveis e abertos, que permitam aos pesquisadores adaptar suas abordagens de acordo com as nuances do campo de estudo.

Com aprovação do comitê de ética sob o número 68189023.4.0000.9247, a pesquisa iniciou com a aproximação do público-alvo, buscando sua adesão

voluntária. Essa aproximação se deu por meio de formulário *online* via *Google Forms*, enviado aos docentes especialistas que atuam nas SRM do município de Umuarama-PR, por meio do e-mail institucional de cada professor.

Em seguida, o desenvolvimento da pesquisa aconteceu de forma colaborativa, conforme a perspectiva de Pimenta (2005), que destaca essa abordagem, como aquela que enfatiza a participação ativa e colaborativa dos sujeitos envolvidos, visando a construção coletiva e reflexiva do conhecimento. Nesse contexto, os participantes comprometem-se a enfrentar os desafios identificados na realidade educacional, promovendo o protagonismo do professor-participante como co-produtor de conhecimento capaz de instigar mudanças na cultura escolar. Este engajamento contribui simultaneamente para a melhoria do trabalho pedagógico e para o desenvolvimento de todos os envolvidos.

Bouffleur *et al.* (2021), relata que no final da década de 1990, percebeu-se uma distância entre pesquisadores e docentes, pois as produções acadêmicas estavam em contextos separados, sem diálogo e conexões entre eles. Como resposta a essa situação, surgiu a proposta de integrar, no processo de construção de conhecimento, tanto os pesquisadores quanto os docentes. Desse modo, surgiu o conceito de abordagem colaborativa, que visava diminuir essa separação, permitindo a interação e a construção conjunta de saberes.

A pesquisa colaborativa constitui-se como um instrumento relevante de formação continuada. Ao refletirem coletivamente - pesquisador e pesquisado - sobre o fazer pedagógico, cada profissional analisa-o à luz da teoria, confrontando-a com as informações adquiridas no contexto da pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa colaborativa proporciona a oportunidade de reconstruir práticas pedagógicas. Destacando outro aspecto fundamental, a pesquisa colaborativa cria condições para que os participantes do estudo desenvolvam focos de análise de suas práticas. Esse direcionamento visa o desenvolvimento da descrição dessas práticas, permitindo, posteriormente, o trabalho na perspectiva da informação, confronto e reconstrução das mesmas. Essa abordagem não apenas fortalece a conexão entre teoria e prática, mas também promove um ambiente propício para a evolução contínua das práticas pedagógicas, contribuindo assim para a formação continuada dos profissionais envolvidos.

Segundo Pimenta (2005), essa compreensão da realidade, é fruto da "reflexão na ação", e aponta as decisões que o grupo de professores é chamado a

tomar no cotidiano escolar para tentar conduzir da melhor forma o trabalho de ensino e aprendizagem. Enfim, entendemos e acreditamos que a implementação bem-sucedida do PEI no contexto em questão proporciona uma educação mais inclusiva e de qualidade, na qual a diversidade é valorizada e todos os estudantes têm a oportunidade de se desenvolver plenamente.

4.2 DEFININDO O CONTEXTO: CAMPO, PARTICIPANTES E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Na definição do contexto da pesquisa, optou-se por uma abordagem centrada na adesão voluntária, direcionando o convite exclusivamente aos 25 professores especialistas das salas de recursos multifuncionais na rede municipal de ensino de Umuarama-PR. Esses profissionais foram convidados a participar voluntariamente do processo de coleta de dados, resultando na adesão de 20 professores que aceitaram participar da pesquisa.

A escolha dos participantes baseou-se em critérios de inclusão que consideraram a área de atuação desses profissionais, todos especialistas em educação especial Lato Sensu e atuantes nas SRM. Essa abordagem garantiu que os participantes selecionados fossem qualificados e pertinentes para a investigação em questão.

O PEI é um documento destinado ao uso de todos os profissionais que atendem estudantes com deficiência no ambiente escolar. No entanto, neste estudo, a pesquisa concentrou-se especificamente nos professores especialistas das SRM na rede municipal de ensino de Umuarama-PR.

Essa decisão foi tomada devido ao papel fundamental desempenhado por esses profissionais na execução e adaptação do PEI, uma vez que as SRM são ambientes especializados voltados para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Ao optar por uma abordagem centrada na adesão voluntária, o convite foi direcionado exclusivamente a esses professores especialistas, todos qualificados com formação em educação especial Lato Sensu e atuantes nas SRM, garantindo que os participantes selecionados fossem altamente relevantes para a investigação em questão.

4.3 COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA: ESTRATÉGIAS E ABORDAGENS

A coleta de dados foi realizada por meio do *Google Forms*. Inicialmente, foram realizados três questionários em um estudo piloto para validar a pertinência dos questionamentos em relação à nossa proposta de formação. A Secretaria de Educação do município aprovou a aplicação da coleta de dados, e as assessoras responsáveis pelas salas de recursos multifuncionais, juntamente com a secretária de educação, avaliaram e endossaram a proposta de formação.

Nesse contexto, ao utilizar o questionário como instrumento de coleta de dados, com a oportunidade de enriquecê-lo com contribuições e sugestões dos participantes, garantimos que suas vozes fossem ouvidas na pesquisa. A elaboração de uma proposta de formação docente, com encontros presenciais para discutir os resultados e promover debates, possibilitou uma abordagem mais participativa e empoderadora. Isso valorizou as experiências e saberes dos envolvidos, fortalecendo a conexão entre teoria e prática na formação de professores nas Salas de Recursos Multifuncionais de Umuarama, PR.

Esse questionário possibilitou a elaboração da formação em formato de minicurso, com encontro presencial de carga horária de 8h, para a discussão dos resultados e debates, a construção coletiva da aplicação do PEI que permitiu uma abordagem mais participativa e empoderadora, valorizando as experiências e saberes dos sujeitos envolvidos e fortalecendo a relação entre teoria e prática na formação de professores nas Salas de Recursos Multifuncionais de Umuarama, PR.

As assessoras pedagógicas responsáveis pelas SRM encaminharam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e questionário para coleta de dados junto aos professores participantes. No formulário *online*, a primeira etapa tratava-se do TCLE, e o aceite habilitava o participante a acessar as demais questões. Em caso de recusa aos termos, o questionário era automaticamente encerrado. Foi concedido um prazo de dois meses para que os professores respondessem ao formulário.

Poderiam ocorrer riscos e desconfortos, tais como dúvidas sobre a interpretação das questões ou a impossibilidade de obter respostas durante o preenchimento do questionário, constrangimento ao disponibilizar respostas devido a receios de possíveis repercussões e a preocupação com o tempo dedicado para responder. Para minimizar esses riscos, foram assegurados os princípios éticos da

pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), detalhando aspectos como a confidencialidade dos dados dos participantes. Foi enfatizado que as perguntas seriam estritamente profissionais, relacionadas ao trabalho docente, sem abordar questões pessoais ou íntimas. Os participantes foram informados de que a participação era voluntária, com a opção de recusa ou desistência a qualquer momento sem prejuízo.

A participação na pesquisa ofereceu benefícios, como a contribuição por meio da experiência de trabalho para o desenvolvimento do estudo, desde a coleta inicial até a análise final dos dados e a publicação de resultados relevantes para a comunidade de professores.

A coleta de dados por meio desse instrumento, apresentado no Quadro 5 de modo geral, contempla os seguintes questionamentos relacionados ao referido planejamento:

Quadro 5 - Questionário

1. Há quanto tempo você atua como professor(a) em Sala de Recursos Multifuncionais na rede municipal de Ensino?
2. Quantos estudantes você atende semanalmente?
3. Você encontra barreiras para desenvolver atividades de acordo com as especificidades de cada estudante? Se a resposta for "SIM", quais seriam essas barreiras?
4. Você conhece o Planejamento Educacional Individualizado?
5. Você utiliza o Planejamento Educacional Individualizado?
6. Com qual frequência você utiliza/atualiza esse instrumento (PEI)?
7. Descreva qual dificuldade você encontra ao construir ou aplicar o PEI como instrumento norteador do trabalho pedagógico nas Salas de Recursos Multifuncionais.
8. Assinale as dificuldades que você encontra no processo de construção e utilização do PEI. (Opções: Falta de tempo para planejar; Falta de recursos para propor atividades diversificadas; Curto período de tempo entre a anamnese, a mediação e a avaliação; Sobrecarga de trabalho dos professores; Conteúdos curriculares inadequados às necessidades dos estudantes; Carência de infraestrutura física e/ou pedagógica; Desinteresse do estudante).
9. Para você, qual a importância do Planejamento Educacional Individualizado? Justifique sua resposta.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Esses questionamentos destacaram de maneira evidente as preocupações e expectativas dos professores participantes em relação ao PEI. Com base nessas percepções, foi possível desenvolver um modelo de formação para a discussão colaborativa dos aspectos relatados no questionário.

4.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: ABORDAGEM E PROCESSO

A partir das respostas obtidas no questionário, como preconiza Bardin (1977), em sua abordagem de análise de categorização, foi adotada uma análise qualitativa aprofundada das respostas coletadas. Seguindo o método proposto por Bardin, buscamos transcender a mera quantificação dos dados, visando compreender as motivações, percepções e desafios que os professores enfrentam em relação ao PEI. A categorização das respostas em temas e tópicos relevantes, conforme preconizado por Bardin (1977), é uma ferramenta essencial nesse processo. Essa abordagem foi essencial para agrupar respostas similares, identificar pontos de convergência e divergência, e possibilitar uma análise mais detalhada e significativa dos dados coletados. Dessa forma, o processo de análise não se limitou a uma simples compilação de informações, mas buscou explorar a profundidade e complexidade das experiências relatadas pelos participantes.

Ao explorar a diversidade de perspectivas presentes nas respostas, buscamos não apenas entender as questões superficiais, mas também identificar nuances e subtextos que poderiam oferecer uma compreensão mais holística das experiências dos professores no contexto das SRM.

Ademais, a análise não se restringiu apenas a identificar desafios, mas também buscou identificar boas práticas e estratégias eficazes que os professores utilizam em relação ao PEI. Isso permitiu não apenas destacar áreas de melhoria, mas também reconhecer e valorizar as iniciativas positivas dos educadores.

Essa abordagem de análise adotada, buscou não apenas qualificar e categorizar os dados, mas mergulhar profundamente nas respostas, integrando perspectivas diversas e promovendo uma interpretação enriquecedora, contribuindo assim para uma compreensão mais completa e fundamentada do panorama do PEI nas SRM de Umuarama, PR.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS: PERFIL E PRÁTICAS DOS PROFESSORES EM SRM

Nesta seção, apresentamos uma análise detalhada dos resultados obtidos na pesquisa, focando no perfil e nas práticas dos professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). A investigação teve como objetivo investigar as metodologias adotadas por esses educadores, suas percepções sobre o planejamento educacional individualizado e os desafios enfrentados no dia

5.1 RESULTADO DO QUESTIONÁRIO

Após o preenchimento do questionário, realizamos uma análise minuciosa das respostas para categorizar as informações coletadas. Iniciamos verificando os dados pessoais e profissionais das participantes, incluindo o tempo de atuação como professoras em Salas de Recursos Multifuncionais, o número de estudantes atendidos semanalmente. Analisando as respostas da segunda etapa do questionário, que visava obter dados pessoais e profissionais das participantes, elaboramos o seguinte quadro:

Quadro 6 - Demonstrativo dos Professores Respondentes do Questionário

Participante	Tempo de atuação em Sala de Recursos Multifuncionais na rede municipal de Ensino	Quantidade de estudantes que atende semanalmente	Código de identificação
Mulher	Há menos de 3 anos	De 5 a 10 estudantes	P1
Mulher	Entre 6 e 9 anos	De 10 a 15 estudantes	P2
Homem	Entre 6 e 9 anos	De 10 a 15 estudantes	P3
Mulher	Há menos de 3 anos	De 5 a 10 estudantes	P4
Mulher	Entre 6 e 9 anos	De 10 a 15 estudantes	P5
Mulher	Há menos de 3 anos	De 10 a 15 estudantes	P6
Mulher	Entre 3 e 5 anos	Até 5 estudantes	P7
Mulher	Entre 3 e 5 anos	De 10 a 15 estudantes	P8

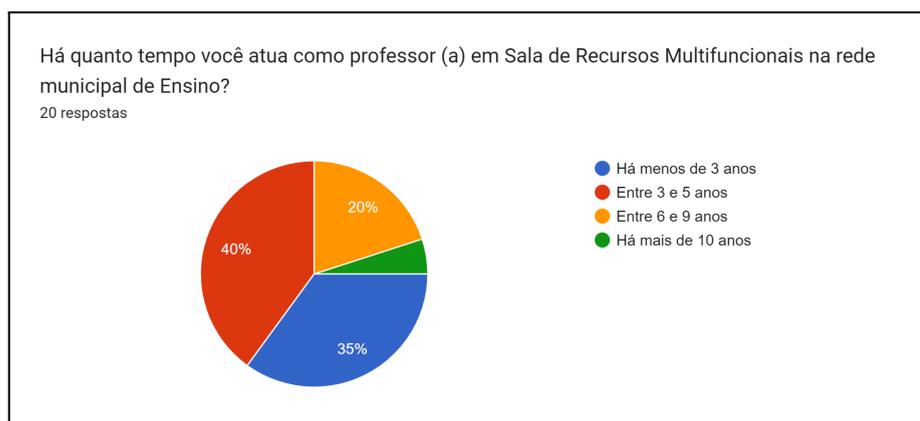
Mulher	Há menos de 3 anos	Até 5 estudantes	P9
Mulher	Há menos de 3 anos	Até 5 estudantes	P10
Mulher	Há menos de 3 anos	De 5 a 10 estudantes	P11
Mulher	Entre 3 e 5 anos	Acima de 15 estudantes	P12
Mulher	Entre 3 e 5 anos	Até 5 estudantes	P13
Mulher	Entre 3 e 5 anos	De 10 a 15 estudantes	P14
Mulher	Entre 3 e 5 anos	De 5 a 10 estudantes	P15
Mulher	Entre 3 e 5 anos	De 10 a 15 estudantes	P16
Mulher	Há menos de 3 anos	Acima de 15 estudantes	P17
Mulher	Entre 6 e 9 anos	De 5 a 10 estudantes	P18
Mulher	Entre 3 e 5 anos	Até 5 estudantes	P19
Mulher	Há mais de 10 anos	De 5 a 10 estudantes	P20

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A análise dos dados pessoais e profissionais dos participantes, conforme apresentado no Quadro 6, oferece um perfil da atuação e experiência dos profissionais que atuam em Salas de Recursos Multifuncionais na rede municipal de ensino. Assim, observamos que há predominância de professores com menos de 3 anos de atuação (35%), indicando uma presença significativa de profissionais relativamente novos nesse contexto.

Uma parcela considerável (30%) com experiência entre 3 e 5 anos, indicando um grupo com alguma estabilidade e familiaridade com a Sala de Recursos Multifuncionais. A presença de professoras atuando entre 6 e 9 anos (20%) e com mais de 10 anos (15%) revela uma diversidade de experiências, contribuindo para uma perspectiva abrangente.

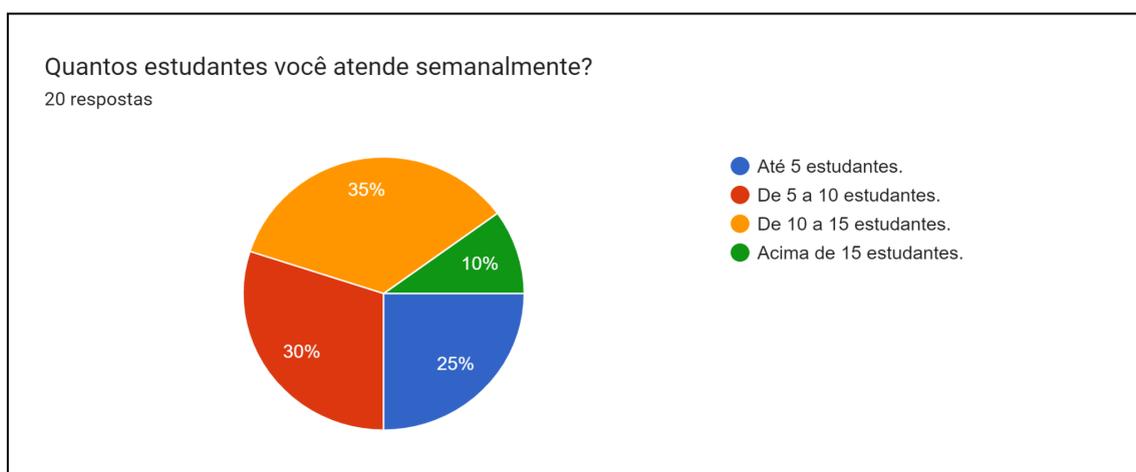
Figura 1 - Gráfico "Tempo de atuação do professores nas SRM".



Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda nesta etapa, conforme a figura 1 apresenta, observamos que a maioria das participantes atende de 10 a 15 estudantes semanalmente (40%), indicando uma carga significativa de trabalho. Uma parcela considerável (30%) atende até 5 estudantes, sugerindo uma variação na demanda de alunos entre as participantes. É importante destacar que os atendimentos ocorrem em grupos de até 5 estudantes, durante um período de 2 horas, duas vezes por semana. Destacamos que algumas professoras (15%) lidam com um número mais elevado, acima de 15 estudantes, o que pode representar desafios adicionais na gestão da diversidade de necessidades.

Figura 2 - Gráfico "Quantidade de estudantes atendidos nas SRM semanalmente".



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A variação nos anos de atuação e na quantidade de estudantes atendidos reflete uma rica diversidade de experiências entre os professores, o que pode

enriquecer trocas de boas práticas e estratégias. A presença de profissionais relativamente novos pode indicar a necessidade de suporte e formação contínua para lidar com os desafios específicos das Salas de Recursos Multifuncionais. Aqueles que atendem um número mais elevado de estudantes, conseqüentemente, podem enfrentar desafios adicionais de gerenciamento de tempo e recursos.

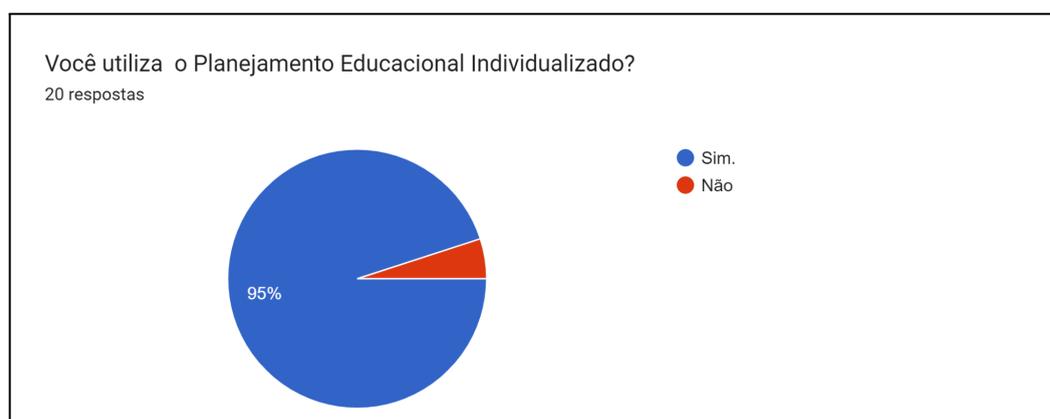
Na seqüência o questionário abrangeu o conhecimento e a utilização do Planejamento Educacional Individualizado (PEI).

A pergunta sobre a utilização do PEI pelos professores foi introduzida no questionário para compreender o nível de adesão e implementação desse instrumento nas práticas pedagógicas dos docentes. Mesmo que a Secretaria Municipal tenha orientado o uso do PEI, a inclusão dessa pergunta permite verificar se os professores estão efetivamente aplicando essa estratégia em seu trabalho cotidiano.

Essa pergunta foi pertinente ao estudo porque havia a possibilidade de que alguns professores não estivessem utilizando o PEI, não por desconsiderar a orientação da Secretaria Municipal, mas talvez por falta de compreensão sobre a importância e os benefícios dessa ferramenta. Pode haver desconhecimento sobre como o PEI pode ser uma ferramenta eficaz para atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo uma abordagem mais inclusiva e adaptativa.

Nessa etapa do questionário, quanto à utilização do PEI pelos professores, a análise das respostas mostra uma alta adesão, 95% dos participantes (19 votos) indicaram que utilizam esse instrumento, enquanto apenas 5% (1 voto) afirmam não utilizá-lo.

Figura 3 - Gráfico "Utilização do PEI".



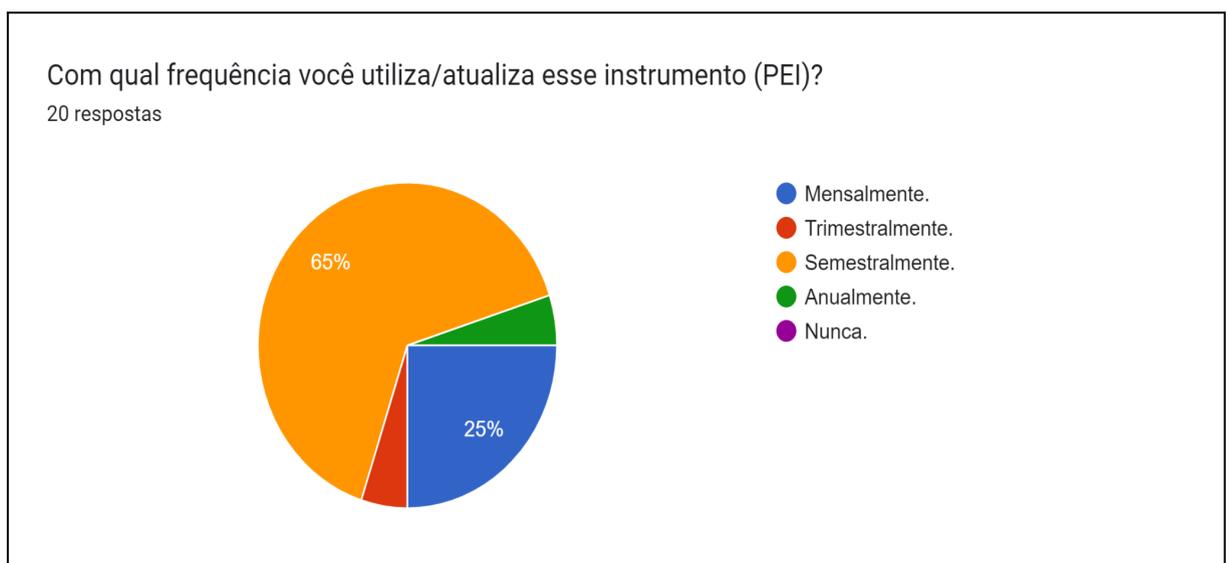
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A expressiva maioria que utiliza o PEI sugere um comprometimento significativo dos professores com a implementação de práticas educacionais personalizadas e adaptativas. Esses educadores trazem o PEI como uma ferramenta eficaz para atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo uma abordagem mais inclusiva e orientada para o desenvolvimento individual. A pequena parcela que indicou não utilizar o PEI (5%) pode representar diferentes cenários, como limitações de conhecimento sobre o instrumento, desafios práticos na sua implementação ou uma filosofia pedagógica que não prioriza essa abordagem individualizada. A Professora 16, que informou não utilizar o PEI, destacou como uma de suas dificuldades “a falta de tempo hábil para realizar pesquisas e elaborar o plano de aula” (P16).

A alta porcentagem de utilização do PEI também sugere uma conscientização positiva sobre a importância desse instrumento no contexto educacional. Isso pode indicar um ambiente escolar propício à implementação de práticas inclusivas e personalizadas, alinhadas com abordagens educacionais contemporâneas.

A análise das respostas sobre a frequência de utilização/atualização do PEI revela uma distribuição variada nas práticas dos participantes.

Figura 4 - Gráfico "Frequência de utilização do PEI".



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Ao observarmos que a maioria dos respondentes atualiza o PEI semestralmente (65%), surge uma questão crucial sobre como esses professores

são orientados nesse processo. A frequência semestral pode indicar uma abordagem estratégica que busca equilibrar a necessidade de ajustes regulares com a praticidade de uma revisão abrangente ao final de cada semestre.

Da mesma forma, para os professores que optam por atualizar o PEI mensalmente (25%), é fundamental compreender como eles são orientados nesse processo mais dinâmico. Pode-se levantar questionamentos sobre a natureza das orientações recebidas, se estas incentivam uma abordagem mais contínua e ágil, e como são oferecidos suporte e recursos para tornar essa prática viável.

Além disso, para aqueles que atualizam trimestralmente (5%) ou anualmente (5%), é importante investigar como a orientação recebida influencia essa escolha de periodicidade. Esses professores podem seguir diretrizes específicas que recomendam uma revisão em momentos específicos do ano, e entender essas orientações pode fornecer uma perspectiva sobre como as políticas educacionais impactam as práticas de planejamento individualizado.

Um aspecto crucial seria explorar se os professores têm autonomia na escolha da frequência de atualização do PEI ou se são orientados por políticas educacionais mais amplas. A compreensão das orientações oferecidas durante a formação pode esclarecer se há uma padronização nas práticas ou se existe espaço para adaptações de acordo com as necessidades específicas da sala de aula.

Portanto, a análise da frequência de utilização/atualização do PEI sugere não apenas uma variação nas práticas, mas também destaca a importância de investigar como os educadores são orientados nesse processo. Essa análise mais abrangente pode fornecer informações valiosas para o aprimoramento das práticas de planejamento individualizado no contexto educacional.

Ao considerar as questões relativas ao PEI em seu uso e elaboração pelos docentes das SRM, destacamos **duas grandes categorias, as autônomas e não autônomas**, isto é, as que dependem e são de responsabilidade do professor atuante e as que não dependem do professor, mas de um conjunto de pessoas e fatores para que aconteça. Como afirmam Oliveira, Araújo e Silva (2019),

O professor é o mediador entre o aluno e o conhecimento e cabe a ele promover situações pedagógicas em que os alunos com necessidades educacionais especiais superem o senso comum e avancem em seu potencial humano afetivo, social e intelectual, quebrando as barreiras que se impõem". Essa mediação é essencial para a construção de um ambiente inclusivo, onde cada estudante possa desenvolver suas habilidades de forma plena (Oliveira; Araújo, Silva, 2019, p. 4).

Dentro dessas duas grandes categorias destacamos sete subcategorias. Na categoria "Autônomas", destacamos: construção e aplicação do PEI, esclarecimento e formação específica, e os desafios na aplicação do PEI.

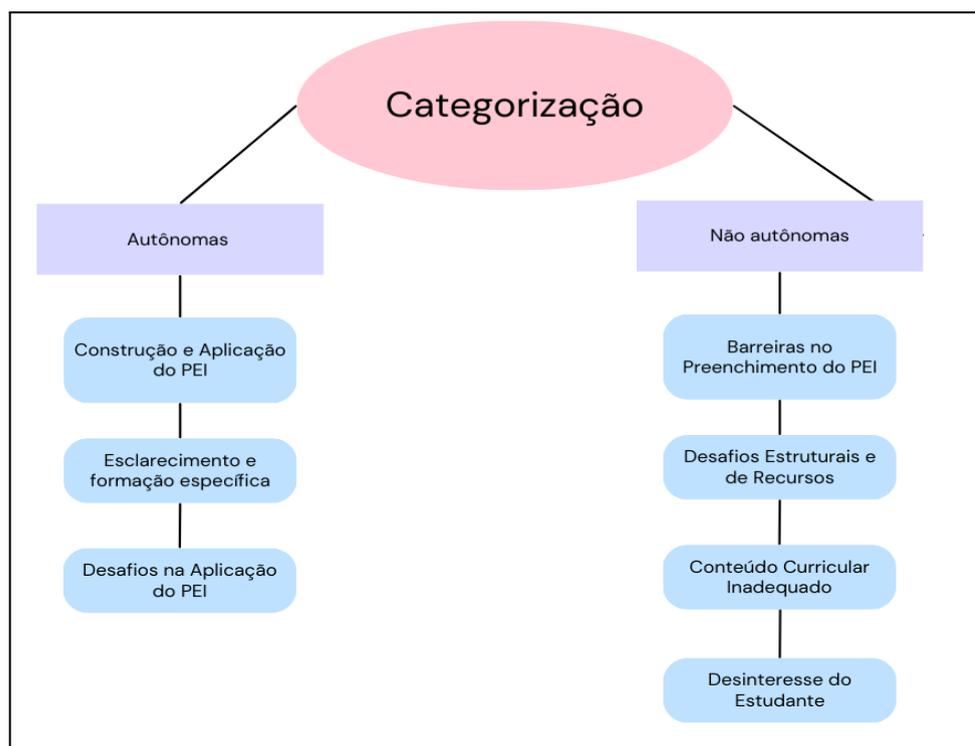
Uma profissionalidade e, conseqüentemente, uma identidade profissional bem formadas trazem para o professor no exercício de sua profissão, para o trabalho em sala de aula, uma maior segurança com relação a suas condutas diante de situações diferenciadas que se apresentam frequentemente em sala de aula. O estabelecimento de quais e tais funções e atividades fazem parte de um trabalho contribuem consideravelmente para a aplicação na prática do que compete aos seus profissionais" (Silva, 2006, p. 209).

Embora a construção do PEI e sua aplicação sejam desafios constantes, a formação adequada e uma clara definição de responsabilidades podem auxiliar o professor a superar esses obstáculos de forma autônoma. Esse fortalecimento da identidade profissional e da formação contínua é essencial para que o professor consiga lidar com as exigências da educação inclusiva. Nesse contexto, torna-se mais pertinente a fala de Oliveira, Araújo e Silva (2019), ao afirmarem que,

[...] os profissionais que buscam uma ação educativa, devem estar atentos às diversidades de seus alunos, procurando exercer seu papel de maneira justa e solidária, pautado no respeito mútuo, eliminando todo e qualquer tipo de discriminação com o intuito de formar cidadãos conscientes para o convívio com as diferenças (Oliveira, Araújo E Silva, 2019, p. 5).

Na categoria "Não autônomas" destacamos: barreiras no preenchimento do PEI; desafios estruturais e recursos; conteúdo curricular inadequado; desinteresse do estudante.

Figura 5 - Fluxograma “Categorização”.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Analisando a categoria "Autônomas", podemos constatar que quando abordado a construção e elaboração do PEI, os professores destacaram dificuldades na construção do PEI, mencionando termos repetitivos, demanda de tempo e a necessidade de preparação e aplicação de avaliações específicas. Isso sugere que a autonomia dos professores é crucial na elaboração e execução eficaz do PEI, envolvendo uma compreensão profunda das necessidades individuais dos alunos.

Em relação ao “Esclarecimento e Formação Específica”, algumas respostas indicaram falta de esclarecimento e formação específica, sugerindo que a autonomia do professor pode ser impactada pela necessidade de orientação e conhecimento especializado para desenvolver e aplicar o PEI de maneira eficaz.

A Professora 6 relata que encontra dificuldade ao construir ou aplicar o PEI, “Falta esclarecimento, desde quando assumi a sala de recursos nunca teve uma formação ou curso a respeito do mesmo. Faço seguindo as informações de apostilas” (P6).

Quando abordado os desafios na aplicação do PEI, os professores mencionaram dificuldades na aplicação do PEI, como falta de interesse dos alunos e desafios ao lidar com diferentes níveis de habilidades no mesmo ambiente. Esses

desafios destacam a importância da autonomia do professor ao adaptar o PEI para atender às necessidades individuais dos alunos.

Na categoria "**Não Autônomas**", destacamos as barreiras no preenchimento do PEI. Os professores relataram a falta de tempo para planejamento e a necessidade de preencher muitos dados como obstáculos significativos. Essas questões indicam que, apesar do desejo de autonomia, há fatores externos que impactam a eficácia na construção do PEI. Como ressaltam Oliveira, Araújo e Silva (2019), "para que os professores possam trabalhar na educação inclusiva é necessário que ocorram mudanças estruturais e pedagógicas, quebrando barreiras e abrindo portas para os alunos com diversos tipos e graus de dificuldades e habilidades." Assim, a implementação de uma educação inclusiva eficaz requer não apenas a boa vontade dos educadores, mas também um suporte institucional que permita a superação dessas barreiras.

A Professora 1 relata que "Na construção encontro dificuldades no preenchimento de alguns termos que parecem repetitivos como 'materiais e recursos utilizados', muitos dados para preencher, demanda tempo para sua elaboração" (P1).

Ademais, desafios estruturais e de recursos foram citados pelos docentes. A falta de recursos e espaço físico adequado são citados como desafios, sugerindo que a falta destes, impedem que sejam elaboradas propostas mais personalizadas para os estudantes atendidos nas SRM. Como destaca a Professora 17, "a falta de espaço físico adequado" (P17), compromete o desenvolvimento de atividades que poderiam atender de forma mais eficaz às necessidades individuais dos alunos. Esse cenário evidencia a importância de investimentos tanto em infraestrutura quanto em recursos pedagógicos, que são essenciais para a implementação de uma educação inclusiva de qualidade.

A inadequação do conteúdo curricular às necessidades dos estudantes também foi destacada como uma categoria não autônoma. Isso sugere que, embora os professores tenham controle sobre a adaptação do PEI, eles enfrentam desafios relacionados ao currículo estabelecido, visto que muitas vezes a SRM é vista como um ponto de reforço escolar pelos pais e muitos professores. A inadequação dos conteúdos curriculares às necessidades dos estudantes reflete uma dependência de mudanças sistêmicas no currículo. Como apontam as Professoras 15 e 18: "Conteúdos curriculares inadequados às necessidades dos estudantes" (P15 e P18),

foram relatados como uma dificuldade central no processo de construção e utilização do PEI.

Por fim, a falta de interesse por parte dos estudantes é mencionada como um desafio não autônomo. O Professor 3, relata “Quando algumas atividades necessárias no PEI para ser aplicado com o aluno, e o referido não interessa, se recusa em participar da atividade planejada” (P3). Isso destaca a dependência do envolvimento dos estudantes na eficácia do PEI e evidenciam um componente externo que escapa ao controle direto dos professores, indicando uma necessidade de envolvimento maior dos alunos e suas famílias.

A partir do formulário, foi possível compreender que os professores especialistas que atuam nas SRM têm conhecimento do PEI, porém ainda encontram desafios em construí-lo e aplicá-lo de modo que traga um aprendizado mais significativo para o estudante.

Os dados coletados ofereceram uma visão detalhada dos desafios enfrentados pelos professores nas SRM. Enquanto algumas dificuldades refletem ações **autônomas** na adaptação do ensino, outras evidenciam barreiras estruturais que demandam intervenções sistêmicas, consideradas **não autônomas**. A compreensão dessas categorias proporciona insights valiosos para a melhoria do PEI e da educação inclusiva como um todo.

Ao compreender as perspectivas dos professores, pudemos desenvolver estratégias que abordaram diretamente suas preocupações e desafios. Buscando contribuir de forma colaborativa com esses docentes, foi proposta uma formação que contemplou o desenvolvimento e aprimoramento do PEI, que aconteceu presencialmente, com carga horária de 8 horas, no período da manhã e tarde, com revezamento do grupo de professores conforme seu horário de trabalho.

Essa formação teve como objetivo, desenvolver e aprimorar as habilidades dos professores na elaboração e execução do Planejamento Educacional Individualizado (PEI), proporcionando uma abordagem mais eficaz para atender às necessidades específicas dos alunos com dificuldades de aprendizado.

O PEI é um instrumento crucial para garantir atendimento educacional personalizado a estudantes com necessidades específicas. Sua elaboração e execução eficazes requerem um entendimento profundo das características individuais dos estudantes, adaptações pedagógicas adequadas e uma colaboração significativa entre professores, especialistas em educação especial, pais e, quando

possível, o próprio estudante. Desta forma a proposta de formação visa qualificar os professores a desenvolverem PEIs mais eficientes e personalizados, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz.

Assim, a abordagem de construção coletiva de um PEI, juntamente com estudos de caso e discussões, pode melhorar a colaboração entre os professores, especialistas e pais, resultando em planos mais abrangentes e eficazes.

5.2 PROCESSO DE FORMAÇÃO

Por meio de um encontro presencial no encerramento do semestre do ano letivo de 2023, foi possível compartilhar essas descobertas e trabalhar em conjunto para desenvolver abordagens que maximizem o potencial do PEI nas SRM de Umuarama, PR, beneficiando tanto os professores quanto os estudantes que são atendidos nas mesmas..

A proposta de formação foi realizada no formato de um minicurso, com o objetivo de potencializar a troca de experiências e ampliar as perspectivas dos participantes (Apêndice 3). Essa formação aconteceu no Centro Municipal de Pesquisa em Educação do município de Umuarama-Pr, com duração de 8 horas, contando com revezamento do grupo de participantes de acordo com seu período de trabalho. O encontro contou com a participação de 22 professores que trabalham nas SRM do município de Umuarama. Os materiais elaborados nesse íterim serão incorporados como suporte teórico em formato digital e disponibilizados em um *blog* educativo, onde serão reunidas as informações coletadas e materiais apresentados na formação pela presente pesquisadora. Foram considerados os dados coletados junto aos docentes, encaminhamentos de elaboração do PEI, pesquisas relacionadas ao documento, leis que instituem o uso do mesmo, estratégias e recursos indicados para desenvolver determinadas habilidades tanto cognitivas, quanto de rotina diária dos estudantes.

A formação seguiu um roteiro cuidadosamente organizado, dividido em etapas que buscaram promover a discussão sobre o PEI e sua aplicação prática.

Iniciamos com uma acolhedora recepção, seguida pela apresentação clara dos objetivos do encontro. Os participantes foram orientados sobre a estrutura da formação, que abrangeu quatro momentos distintos.

No primeiro momento, iniciamos com a discussão sobre o PEI, na qual foram apresentadas algumas características essenciais do documento segundo Pletsch e Glat (2013, p. 26).

Quadro 7 - Características do PEI.

O compartilhamento de informações relevantes sobre o aluno.	Uma descrição do desenvolvimento atual e desempenho acadêmico do estudante;
O perfil do aluno	
A contextualização da situação escolar	A especificação dos serviços especializados necessários e de como eles serão coordenados com a frequência na escola e na classe comum, quando for o caso; Uma previsão da participação do estudante em atividades da classe comum;
Os objetivos educacionais	Definição das formas de mensuração do progresso do aluno (Valadão, 2010, p. 103). Definição do cronograma de estudo;
As adaptações pedagógicas	
Os recursos específicos	
Formas de avaliação	Como será a avaliação dos alunos, incluindo uma definição de como será a participação do estudante nas avaliações padronizadas do poder público;

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Glat e Pletsch, 2013.

Para discussão dos itens foram feitas perguntas problematizadoras aos participantes, buscando envolver os professores em reflexões sobre suas práticas e abordagens na elaboração do PEI.

Os participantes trouxeram suas vivências de aplicação e as dificuldades que encontram em preencher esse documento pois ocorre a negligência familiar no acompanhamento dos estudantes.

No segundo momento os participantes realizaram a comparação de dois PEIs específicos para desenvolver a habilidade de leitura. Foi proposto um caso de um estudante com nível de escrita “Inter 2”, nível 1 do TEA. A análise crítica dos dois casos, um com falhas e outro melhorado, é incentivada, promovendo a participação ativa dos professores na discussão sobre a eficácia dos objetivos, adaptações e estratégias propostas em cada PEI.

Os participantes ao analisarem os PEIs, afirmaram que o Modelo de PEI 1 não condiz a sala de recursos e sim a um modelo de planejamento de aula proposto em salas regulares.

No terceiro momento foi proposto a apresentação de recursos diferenciados e lúdicos que incorporarão o produto educacional desta pesquisa. No *Blog* educacional, além dos textos e referências que auxiliarão os docentes a elaborarem o PEI, haverá um tópico que direcionará o docente a propostas de atividades e recursos lúdicos, com o objetivo de integrar essas abordagens inovadoras ao PEI.

Na última etapa da formação foi proposto um estudo de caso fictício, desafiando os participantes a construir coletivamente um PEI para um estudante com Síndrome de Down com dificuldades específicas em contagem e associação de número a quantidade. O trabalho prático foi proposto em grupo e permitiu a aplicação imediata dos conhecimentos adquiridos durante a formação.

O encerramento foi marcado por um espaço de discussão, no qual os professores tiveram a oportunidade de compartilhar as estratégias propostas, expressar suas opiniões sobre inclusões ou exclusões nos PEIs discutidos

Essa proposta de formação teve sua abordagem colaborativa, participativa, prática e reflexiva, oferecendo aos educadores não apenas conceitos teóricos, mas também ferramentas e experiências concretas para melhorar a qualidade do PEI em suas práticas educacionais.

5.2.1 Resultados da formação

Os resultados desta pesquisa ofereceram subsídios para fomentar uma reflexão crítica sobre as questões de ensino e aprendizagem no contexto das salas de recursos multifuncionais. Esses resultados têm o potencial de contribuir para a melhoria do ensino inclusivo, promovendo uma abordagem mais personalizada e eficaz para o atendimento aos estudantes com deficiência.

A participação ativa dos professores nos momentos de discussão propostos revelou-se essencial para o sucesso da formação. Os docentes trouxeram à tona questões pertinentes que foram minuciosamente discutidas pelo grupo, permitindo uma análise profunda e reflexiva sobre as lacunas identificadas e a busca por soluções eficazes. Conforme ressalta Nóvoa (2009), a colaboração entre educadores é fundamental para o desenvolvimento profissional e a construção de práticas educativas mais eficazes.

Foi notada insegurança em alguns professores durante a elaboração do PEI, atribuída à falta de conhecimento aprofundado sobre o documento. Essa constatação destaca a importância da formação contínua e especializada, ressaltando a necessidade de oferecer suporte específico aos educadores que atuam em SRM. Como afirmam Pletsch e Glat (2013), a formação continuada é essencial para garantir que os professores se sintam preparados e confiantes em suas práticas'. Diante dessa percepção, a formação não apenas abordou conceitos teóricos, mas também forneceu ferramentas práticas para superar essa insegurança, capacitando os professores para uma execução mais eficaz do PEI.

A troca de experiências entre os professores, aliada às discussões provocativas e à análise crítica de casos específicos, contribuiu significativamente para a construção de um conhecimento mais sólido sobre o PEI. Os participantes puderam compartilhar desafios reais enfrentados em suas práticas educacionais, proporcionando um ambiente de aprendizado colaborativo e enriquecedor.

**Figura SEQ Figura * ARABIC 7 -
Minicurso - Roda de conversa sobre os
itens do PEI.**



**Figura SEQ Figura * ARABIC 6 - -
Minicurso - Apresentação dos recursos
do blog "Área Inclusiva".**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Durante a comparação dos dois PEIs específicos para o desenvolvimento da habilidade de leitura, a identificação da inadequação do Modelo 1 à realidade das SRM foi um ponto crucial. Essa discussão destacou a importância de adaptar o PEI de acordo com as características específicas dos ambientes inclusivos, como as salas de recursos multifuncionais, e a parceria que deve haver entre o professor da SRM, o professor regular e o professor de apoio, que muitas vezes não acontecem pela falta de comunicação, tempo ou até mesmo interesse de uma das partes.

A proposta de exemplos de recursos diferenciados e lúdicos, apresentados no terceiro momento, foi muito bem aceita pelos participantes e trouxe exemplos práticos que os docentes já fazem e puderam compartilhar com o grupo.

Esse momento visou não apenas enriquecer o PEI, mas também fornecer alternativas práticas para superar desafios no processo de ensino-aprendizagem.

Os professores foram informados que recursos como os apresentados também serão incorporados ao *blog* educacional como um repositório digital. Apresentar esses recursos reforça o caráter contínuo do suporte oferecido aos professores, permitindo o acesso e a aplicação desses materiais em suas práticas diárias.

A análise e produção de um PEI conforme o estudo de caso fictício proposto na última etapa da formação proporcionou uma oportunidade prática para os professores aplicarem os conhecimentos adquiridos. Essa abordagem prática não apenas consolidou os aprendizados, mas também incentivou uma reflexão imediata sobre a aplicabilidade das estratégias discutidas.

Os professores se organizaram em grupos de dois a três participantes e apresentaram seu PEI e justificaram suas propostas de intervenção e recursos aplicados. Esse momento revelou-se extremamente enriquecedor para todos, promovendo a troca de experiências e saberes. Alguns docentes compartilharam recursos pedagógicos confeccionados por eles mesmos, utilizados no PEI para desenvolver habilidades específicas dos estudantes, proporcionando uma demonstração prática e criativa de suas estratégias de ensino. Essa prática reforça a importância da formação colaborativa.

Nesse sentido, o ato de compartilhar materiais e metodologias entre os docentes contribui não apenas para o aprimoramento das práticas educativas, mas também para a consolidação de uma cultura de cooperação que enriquece o ambiente educacional inclusivo.

Figura 8 - Minicurso - Recursos pedagógicos



Figura 9 - Minicurso - Recursos pedagógicos para sugestão para o PEI.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A partir das respostas obtidas no estudo de caso, foi possível elaborar um quadro para análise das propostas de PEI pelos grupos.

Quadro 8 - Propostas de PEI para estudo de caso fictício.

Estudo de Caso Fictício - Dificuldade em Cálculo e Associação de Números às Quantidades					
<p>Vamos considerar o caso fictício do aluno João, um estudante do 2º ano com Síndrome de Down que possui dificuldades em realizar cálculos matemáticos básicos e associar números às quantidades de forma eficaz. A partir desse cenário, iremos promover um trabalho em grupo para a construção coletiva de um Planejamento Educacional Individualizado (PEI) que atenda às necessidades específicas desse aluno.</p> <p>Desafios Identificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em Cálculos Básicos: • João apresenta desafios ao realizar operações simples de adição e subtração. • Associação Números-Quantidades: • Demonstrou dificuldade em associar corretamente números às quantidades representadas visualmente. <p>I. Objetivos Educacionais: Meta a Médio Prazo: Associar números às quantidades representadas visualmente em atividades práticas.</p>					
Grupo	Adaptações no ambiente Escolar	Estratégias Pedagógicas	Recursos e Apoios Específicos	Avaliação e Monitoramento	Participação dos Pais/Responsáveis
GRUPO 1 (P13 e P2)	A própria sala de recursos multifuncionais	Lúdicas, jogos, chamada, calendário.	Calendário, tampas coloridas, palitos, fichas com números, música.	Avaliação contínua através da observação direta do desempenho de cada em sua habilidade	Pouco acesso com a família. Participação nos grupos de Whatsapp. Reunião com a família na hora

				esperada. Atividade impressa para registro da atividade.	atividade em horários pré estabelecidos.
GRUPO 2 (P7 e P5)	Cartazes relacionando número/quantidade na sala de aula regular e na SRM.	Contagem oral, jogo, bingo, mercadinho.	Mesa digital, materiais concretos.	Avaliação contínua oral, observação e ao final registro em folha ainda usando os materiais concretos.	Incentivar em casa a contagem em situações específicas em que o aluno se sinta importante no processo da rotina.
GRUPO 3 (P6, P9 e P11)	Jogo de dados com números.	O estudante lança o dado, visualiza o numeral e fala o nome dele, depois retira o número que está preso com velcro e faz o pareamento colocando tampinhas da quantidade correspondente, realizando contagem biunívoca. Registro do número.	Dado de numerais, tampinhas, caderno, lápis, quadro numérico.	Observação e registro do desempenho do estudante.	Informar os pais sobre os trabalhos desenvolvidos na SRM e, quando possível, reforçar os trabalhos em casa, através de brincadeiras e contagem de objetos.
GRUPO 4 (P8 e P12)	Não identificou.	Trabalhar com tampinhas e palitos. Fazer contagem e relacionar os objetos às quantidades.	Painel de números, livro com velcro, boliche, blocos de montar.	Através de comandos de observação das atividades realizadas posteriormente.	Pedir aos pais para que deem comandos ao filho envolvendo números e quantidades.
GRUPO 5 (P15, P3 e P21 ²)	Varal com números (até 10). Enumerar a mobília na sala de aula (escrita, desenho da quantidade e numeral).	Música "indiozinhos". Contagem de objetos, desenhos impressos para registro da quantidade.	Vídeo com música, objetos, peças de brinquedos relacionando com as quantidades.	Observação individual de domínio do aluno na realização das atividades propostas.	Solicitar aos pais do aluno para dar continuidade em casa com a prática de contar a quantidade de brinquedos que a criança possui.
GRUPO 6	Quadro numérico com	Quando necessário	Quadro numérico	Avaliação contínua através	O educando irá construir

² P21 - Identificação atribuída a um participante que, embora não tenha respondido ao questionário, participou ativamente da formação relacionada ao estudo.

P19 e P10)	imagens que relaciona o numeral a sua quantidade e ter disponível em fácil acesso materiais concretos como recurso.	inferências utilizar material concreto e recursos visuais.	com imagens, palitos de sorvete, tampinhas, garrafinhas, lápis de cor, jogos concretos como dominó, e quebra-cabeças, jogos digitais como Ariê e os patinhos numéricos e Baby e números. Disponível em: www.brincandocomarie.com.br ³ . Que podem ser realizadas no tablet ou na mesa digital.	de observações do professor em relação ao aluno durante a realização das atividades.	juntamente com os seus familiares uma rotina semanal (orientação temporal), iniciando no primeiro dia do mês para trabalhar os sete dias da semana. A professora disponibilizará a tabela com os dias da semana em seus respectivos espaços para a colagem de figuras impressas em uma cartolina.
GRUPO 7 (P1 e P4)	Numerar as carteiras; calendário; relógio; varal de números; ABACADA com palitos de sorvete.	Atividades de associação número a quantidade de objetos, atividades de ligar, caixa surpresa, jogos de associação na mesa digital e ABACADA ⁴ , ábaco, palitos de sorvete.	Mesa digital, ábaco, ABACADA, jogos de memória, tablet.	Avaliar a participação e envolvimento durante a resolução das atividades propostas, por meio de observação. Monitorar o registro do aluno e folha.	Tarefas de casa, atividades de associação de números a quantidades. Arrumar a mesa de acordo com a quantidade de pessoas, quantidade de garfos e pratos.
GRUPO 8 (P16, P20 e P22 ⁵)	Painel numérico para trabalhar a associação de números e quantidades no concreto.	Caixa com tampinhas coloridas em um lado da sala e deixar uma caixa para que eles coloquem as tampinhas. Dar o comando da cor da tampinha que	Tampinhas coloridas ou palitos coloridos, painel numérico do ABACADA, mesa digital, tablet.	Avaliação contínua, mediante a participação nas atividades, se está relacionando os números as respectivas quantidades.	Atividade de basquete de bolinhas de papel: Mandar para casa 20 bolinhas de papel, junto com a família jogar em um balde e depois contar

³ Plataforma de jogos online disponível nas mesas digitais das SRM de Umuarama -PR.

⁴ Proposta de materiais pedagógicos elaborados pela professora Cláudia Mara e ofertado em formações anteriores aos professores das SRM de Umuarama-Pr.

⁵ P22 - Identificação atribuída a um participante que, embora não tenha respondido ao questionário, participou ativamente da formação relacionada ao estudo.

		o estudante deverá pegar. Após com o painel numérico sobre a mesa realizar a contagem colocando as tampinhas sobre o painel, para que o estudante relacione a quantidade ao número.			quantas acertou.
GRUPO 9 (P14, P17 e P18)	Cartaz numérico, varal número/quantidade, calendário, relógio, cartaz de aniversário.	Disco de quantidade, material dourado, jogo nunca dez, ábaco, uso de palitos de sorvete para contagem, relacionar numeral e quantidade, jogo da memória número/quantidade, tampinhas e caixas de ovos para contagem, boliche com números.	Mesa, digital, tablet, jogos online relacionados aos números e quantidades.	Participação nas atividades e o desenvolvimento do estudante no reconhecimento numérico e na sua autonomia.	Enviar para casa boliche com garrafas pet confeccionadas em sala, onde o aluno irá jogar com a família e marcar a pontuação de cada participante. A família poderá tirar fotos ou enviar pequenos vídeos da atividade para o professor/escola.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Ao analisar as propostas dos grupos, observamos uma variedade de estratégias criativas e adaptativas para atender às necessidades específicas do estudante. Cada grupo abordou de forma única os desafios identificados, destacando a importância da individualização do PEI de acordo com as características e necessidades do aluno.

Diversas estratégias pedagógicas e recursos específicos foram sugeridos, incluindo jogos, materiais concretos, mesas digitais, quadros numéricos, entre outros. Essa diversidade reflete a compreensão dos grupos sobre a necessidade de abordagens multifacetadas para promover a aprendizagem de João de maneira mais eficaz.

A avaliação e o monitoramento das propostas também foram cuidadosamente considerados, com ênfase na observação contínua do desempenho do aluno

durante as atividades propostas. A participação dos pais/responsáveis foi abordada, evidenciando a importância da parceria entre escola e família no processo educacional.

Além disso, as estratégias de integração entre atividades escolares e práticas em casa, como sugerido pelos grupos, fortalecem a conexão entre teoria e prática, enfatizando a relevância da continuidade do aprendizado no ambiente familiar.

De forma geral, a riqueza e a abrangência das propostas apresentadas pelos grupos, indica uma formação bem-sucedida que estimulou a criatividade, colaboração e reflexão crítica entre os professores participantes. Essa abordagem colaborativa e participativa, alinhada às boas práticas de inclusão, promove uma visão holística do desenvolvimento educacional, reforçando a importância da personalização do ensino para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência.

A abordagem colaborativa, aliada à aplicação prática dos conhecimentos, proporcionou resultados tangíveis, promovendo uma atmosfera de aprendizado enriquecedora e contribuindo para aprimorar a qualidade do ensino inclusivo nas escolas de Umuarama, PR. Segundo Nóvoa (2009), ensinar deve ser visto como uma prática baseada na reflexão e na colaboração. O trabalho docente não pode ocorrer de forma isolada, pois o desenvolvimento profissional depende do diálogo e da troca de experiências com outros educadores. A formação continuada em um contexto colaborativo possibilita a análise conjunta das práticas pedagógicas e a assimilação de novos conhecimentos, promovendo uma rede de apoio e inovação nas escolas.

Dessa forma, ao integrar a colaboração no processo educacional, é possível gerar um impacto significativo na qualidade do ensino inclusivo, resultando em práticas mais eficazes e centradas nas necessidades dos alunos.

5.3 PRODUTO EDUCACIONAL: ELEMENTOS E AÇÕES

O produto educacional proposto é um *blog* educativo sobre Planejamento Educacional Individualizado. O público alvo desse blog são professores da SRM da rede municipal de ensino de Umuarama-Pr, e posteriormente aos demais educadores, profissionais da área da educação e pais interessados em aprender sobre o planejamento educacional personalizado para estudantes público da educação especial e inclusiva.

Valente (2014) afirma que,

O uso de narrativas na Educação não é novo. O novo é o fato de as narrativas, que eram tradicionalmente orais ou escritas, agora serem produzidas por intermédio de uma combinação de mídias, o que pode contribuir para que essa atividade seja muito mais rica e sofisticada do ponto de vista da representação de conhecimento e da aprendizagem (Valente., 2014, p. 153).

Escolhemos a plataforma *Blogger*, para criação do *blog*, pois garante um manuseio simples e a atualização constante de conteúdos, com um design responsivo que assegura acessibilidade em diversos dispositivos, como smartphones, tablets e desktops.

Figura 10 - Design Responsivo - Blog visto da tela de um telefone móvel.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

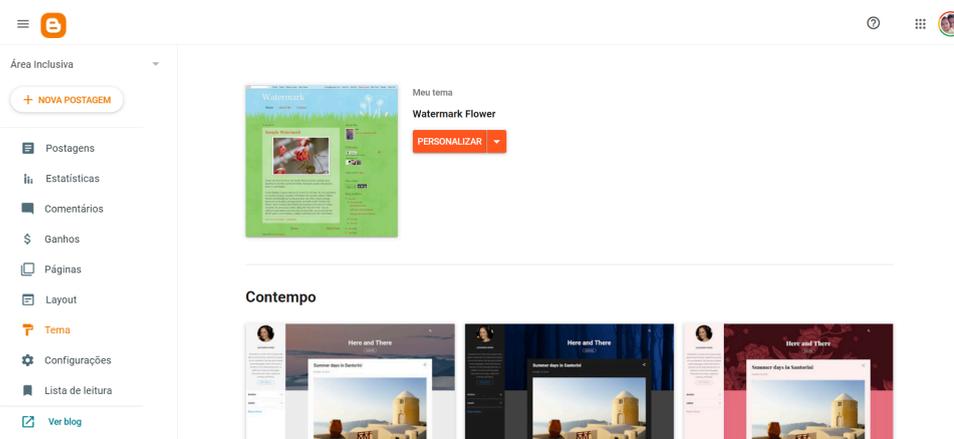
Figura 11 - Tela inicial do blog visto da tela de um computador.



Fonte: <https://areainclusiva.blogspot.com/> (2024).

A plataforma oferece uma interface intuitiva que facilita tanto a modificação quanto a publicação de conteúdos, permitindo que os usuários realizem essas atividades de forma rápida e descomplicada. Com recursos que permitem a personalização do layout e a organização eficiente das informações, os educadores podem adaptar o blog conforme suas necessidades específicas. Além disso, essa agilidade no gerenciamento de conteúdo assegura que as atualizações sejam feitas em tempo hábil, garantindo que o público-alvo tenha acesso a informações sempre frescas e relevantes. Essa acessibilidade é fundamental, pois permite que um maior número de educadores e interessados na educação inclusiva participe ativamente, contribuindo para uma comunidade mais engajada e informada.

Figura 12 - “Tela vista pelo administrador, com personalização do layout ou tema do blog”.



Fonte: Elaborado pela autora.

O blog tem como objetivos educacionais:

- Oferecer recursos, dicas e informações práticas sobre educação inclusiva, com ênfase no Planejamento Educacional Individualizado (PEI).
- Criar um espaço de compartilhamento: Proporcionar um ambiente onde educadores possam compartilhar suas experiências e práticas pedagógicas.
- Orientar sobre o PEI: Oferecer orientações claras sobre a elaboração e implementação do PEI.
- Proporcionar recursos interativos: Disponibilizar materiais e atividades que incentivem a participação de todos os envolvidos no processo educativo.

Assim, buscamos capacitar os leitores a compreenderem e aplicarem estratégias do PEI, a fim de melhor atender às necessidades dos estudantes e promover sua aprendizagem e desenvolvimento.

O produto educacional *Blog* é uma plataforma *online* que permite a publicação regular de conteúdo escrito, como:

- Artigos: Discussões e reflexões teóricas sobre inclusão escolar e o papel do PEI no atendimento educacional especializado.
- Postagens: Informações práticas, orientações e dicas para a aplicação de estratégias pedagógicas voltadas à educação inclusiva.
- Recursos interativos: Ferramentas que possibilitem o download de materiais como formulários, guias e templates de PEI, adaptáveis às necessidades de cada sala de aula.

O *blog* "Área Inclusiva", disponível em "<https://areainclusiva.blogspot.com/>", se estabelece como um recurso essencial na promoção da educação inclusiva.

Criado com a intenção de centralizar informações sobre o PEI, que nortearam essa pesquisa, e práticas pedagógicas inclusivas. Esse espaço digital visa apoiar educadores na implementação de metodologias que atendam às necessidades de todos os estudantes. A ideia de desenvolver o *blog* surgiu da necessidade de proporcionar um ambiente que não apenas informe, mas também engaje os educadores em suas práticas diárias, facilitando o acesso a conteúdos relevantes.

A estrutura do *blog* foi cuidadosamente planejada para ser intuitiva, garantindo que os usuários encontrem rapidamente as informações que procuram. Ao acessar a página inicial, os visitantes são recebidos por uma interface que apresenta marcadores categóricos, organizando as postagens em temas pertinentes, como Alfabetização, Grafomotricidade, Jogos Lúdicos, Matemática e Planejamento Educacional Individualizado. Essa organização tem o intuito de facilitar a navegação e tornar a experiência do usuário mais fluida.

A página inicial é um elemento fundamental para a apresentação do conteúdo e a interação com os visitantes. O título "Área Inclusiva" não apenas descreve o propósito do *blog*, mas também reflete a missão de promover uma educação mais acessível a todos. A postagem mais recente, destacada na página inicial, mantém o conteúdo sempre atualizado e relevante, enquanto os marcadores permitem que os leitores explorem temas de interesse específico. Além disso, a seção "Quem Sou Eu" apresenta a professora Janine Barbosa de Oliveira, estabelecendo uma conexão pessoal e conferindo credibilidade ao espaço. O arquivo do *blog*, organizado cronologicamente, facilita o acesso a postagens anteriores, e a seção "Saiba Mais" disponibiliza textos de apoio sobre o PEI e recursos complementares.

Uma das características marcantes do *blog* é a presença de recursos interativos, como fóruns de discussão e a opção de comentários. Essas funcionalidades incentivam educadores a compartilhar experiências, levantar questões e esclarecer dúvidas sobre práticas inclusivas. Ao fomentar essa troca, o *blog* contribui para a formação de uma comunidade ativa e engajada, que se preocupa com a inclusão educacional.

Figura 13 - Indicação para comentários



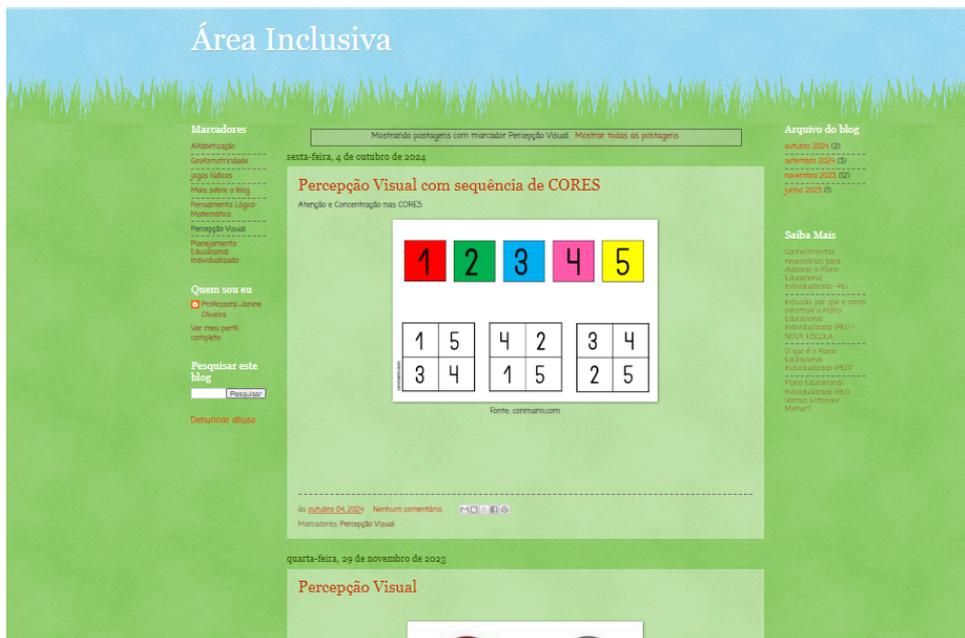
Fonte: <https://areainclusiva.blogspot.com/>

A seção "Saiba Mais" oferece um conjunto abrangente de textos de apoio e recursos complementares, com o objetivo de auxiliar educadores e profissionais na compreensão e elaboração do PEI. A proposta é disponibilizar material acessível, com uma linguagem clara e objetiva, que incentive um aprofundamento nas práticas inclusivas.

Neste contexto, o *blog* conta com uma seção dedicada à análise do PEI, onde são exploradas ferramentas digitais e estudos comparativos. Este marcador reúne diversos artigos que examinam o PEI sob diferentes perspectivas, enriquecidos por contribuições teóricas de autores renomados na área da educação inclusiva. Esses textos serviram de base para a pesquisa que culminou na criação deste produto educacional.

O *blog* também se destaca por suas sugestões de atividades, que visam desenvolver competências essenciais em consonância com os princípios do PEI. Este que, preconiza uma abordagem personalizada para o ensino, assegurando que recursos e atividades sejam adaptados às habilidades específicas que cada estudante precisa desenvolver. As atividades apresentadas são organizadas de acordo com os eixos de desenvolvimento, proporcionando uma orientação clara para os educadores.

Figura 14 - Exemplo de proposta de atividades do marcador "Percepção Visual".



Fonte: <https://areainclusiva.blogspot.com/search/label/Percep%C3%A7%C3%A3o%20Visual>

Conforme já mencionado, a criação do *blog* "Área Inclusiva" reúne informações sobre o PEI e a educação inclusiva, além de sugerir atividades práticas que se integram aos conteúdos pedagógicos. Nesse cenário, este *blog* possui um grande potencial para se tornar uma ferramenta valiosa no apoio à implementação de práticas educacionais inclusivas. Seu principal objetivo é incentivar educadores a explorar novas metodologias que coloquem os estudantes no centro do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a formação de um ambiente educacional mais acessível e eficaz.

O *blog* "Área Inclusiva" é um recurso inovador e acessível para educadores que buscam aprofundar seus conhecimentos e práticas em educação inclusiva. Através de uma organização clara, recursos interativos e um acervo de informações sobre o PEI, o *blog* se propõe a ser um espaço de troca e reflexão, contribuindo para a formação de um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve o objetivo de contribuir para a formação de professores e a melhoria das práticas pedagógicas no contexto das salas de recursos multifuncionais (SRM), com foco na implementação do Planejamento Educacional Individualizado (PEI). O estudo proporcionou perspectivas valiosas sobre as dinâmicas de ensino-aprendizagem inclusivo, promovendo a reflexão crítica sobre as abordagens pedagógicas e a adaptação às necessidades individuais dos estudantes, assim como preconiza Pletsch e Glat (2013).

Destacamos o papel do Planejamento Educacional Individualizado na formação docente; com uma abordagem centrada no aluno e personalizada. Nesse sentido, escolhemos como perspectiva teórica a epistemologia genética de Jean Piaget para compreender o desenvolvimento cognitivo e os processos de aprendizagem. Os resultados obtidos ao longo da pesquisa evidenciaram a relevância de considerar esses processos para que se pudesse adequar as estratégias pedagógicas de acordo com as características individuais.

Durante o processo formativo, que ocorreu no Centro Municipal de Pesquisa em Educação em Umuarama-PR, foi possível reunir 22 professores para uma jornada colaborativa de 8 horas e troca de grupos conforme sua jornada de trabalho, com troca de experiências e análise prática de casos fictícios e reais. Os resultados da pesquisa revelaram que, apesar do conhecimento básico sobre o PEI, muitos docentes ainda enfrentam desafios significativos na sua construção e aplicação. A falta de tempo, a repetitividade de termos e a necessidade de adaptação curricular surgiram como dificuldades recorrentes, destacando a necessidade de suporte contínuo e especializado.

No entanto, a formação oferecida, baseada em uma metodologia prática e reflexiva, que se baseou na troca de experiências, aliada à análise crítica de PEIs já elaborados, mostrou-se essencial para fortalecer a autonomia dos professores na aplicação eficaz do documento.

Além disso, a análise das respostas dos professores evidenciou que, embora o PEI seja reconhecido como um instrumento importante para a educação inclusiva, a falta de recursos e a inadequação de espaços físicos ainda são desafios a serem enfrentados. A pesquisa demonstrou a importância de uma formação contínua que

não só aborde conceitos teóricos, mas também proporcione momentos de prática e reflexão colaborativa, como defendido por Nóvoa (2009).

A partir dos resultados obtidos, é possível afirmar que a formação proposta foi capaz de promover colaborativamente um avanço nas práticas pedagógicas dos professores que atuam nas SRM, especialmente em relação à elaboração e aplicação do PEI. No entanto, o sucesso pleno deste instrumento depende também de mudanças estruturais e de uma maior comunicação entre os diferentes atores envolvidos na educação inclusiva, como os professores regulares, os de apoio, às famílias e os próprios estudantes.

Essa pesquisa contribuiu para o campo da educação inclusiva ao evidenciar as lacunas existentes e ao propor estratégias de intervenção que busquem uma educação mais equitativa, justa e inclusiva. O compromisso com a valorização da diversidade e a construção de uma sociedade que reconhece e atende às necessidades educacionais de todos os estudantes continua sendo um desafio, mas também uma responsabilidade compartilhada por todos os envolvidos no processo educacional.

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, que enfatiza a importância do PEI na formação docente e na prática pedagógica em salas de recursos multifuncionais, uma nova possibilidade de trabalho emerge: investigar as práticas de implementação do PEI por professores de salas regulares. Essa investigação pode aprofundar a compreensão de como esses educadores percebem e aplicam os princípios do PEI em suas aulas diárias, revelando os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas para promover a inclusão. Assim, poderíamos entender como a interconexão entre as salas de recursos multifuncionais e as salas regulares pode se concretizar no viés inclusivo, reforçando a necessidade de uma formação docente integrada e colaborativa. Essa investigação reafirmará o compromisso com a valorização da diversidade e a construção de uma sociedade que reconhece e atende às necessidades educacionais de todos os estudantes, refletindo a responsabilidade compartilhada por todos os envolvidos no processo educacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Wanderson Ferreira. A formação de professores e as teorias do saber docente: contextos, dúvidas e desafios. **Educação e Pesquisa**, v. 33, n. 2, p. 263–280, maio, 2007.

ARRUDA, Marco Antonio; ALMEIDA, Mauro de. Cartilha de Inclusão Escolar: Inclusão baseada em evidências científicas. Ribeirão Preto e São Pedro: Instituto Glia, 2004. Disponível em: <https://www.andislexia.org.br/cartilha.pdf>.

BARDIN, Laurence. (1977). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CEB nº 2/2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 25 Fev 2023

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 de Fev 2023.

_____. **Decreto n.º 10.502**, de 30 de setembro de 2020. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/936694859/decreto-10502-20>. Acesso em: 29 Nov. 2023.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 22 Fev 2023.

_____. **Lei n.º 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 22 Fev. 2023.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

_____. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7611.htm. Acesso em 20 jun. 2024.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>.

_____. **Resolução nº 4**, de 2 de julho de 2009. Estabelece as diretrizes para o

Atendimento Educacional Especializado. Diário Oficial da União, Brasília, 3 jul. 2009. Disponível em:
<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-4-de-2-de-julho-de-2009-1877696>.

BRAUN, Patrícia; VIANNA, Márcia Marin. Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. *In*: PLETSCHE, Márcia Denise; DAMASCENO, Allan (Orgs.). **Educação Especial e Inclusão Escolar**: Reflexões sobre o fazer pedagógico. EDUR- Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

BONETTI, A. **O Plano Educacional Individualizado (PEI) e o sistema escolar de avaliação classificatória**. Instituto Rodrigo Mendes e Diversa – Educação Inclusiva na Prática, 2012.

BOUFLEUR, Emne Mourad *et al.* Pesquisa colaborativa: Conexão entre conhecimento científico e formação docente. *In*: COSTA, Edwaldo; HARA, Suélen (Orgs.). **Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a inclusão**. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 5ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Liber Livro, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021 e 2022**. Brasília: Inep, 2021 e 2022. Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 19 Nov. 2023.

LIMA, Letícia Aparecida Alvez de; FERREIRA, Ana Eliza Gonçalves; SILVA, Marcos Vinicius Gonçalves da. O plano educacional individualizado: proposta de um método de pesquisa na formação docente. **Rev. Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 9, n. 1, p. 127–141, 2018. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v9i1.936. Disponível em:
<https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/7013>. Acesso em: 19 jan. 2024.

LOPES DE LIMA, Pedro Lucas Costa e. Pedagogia diferenciada como instrumento político-pedagógico da inclusão. **Revista Amazonida do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAM**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 1–14, 2023. DOI: 10.29280/rappge.v8i1.12203. Disponível em:
periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/12203. Acesso em: 19 jan. 2024.

MENDES, Enicéia Gonçalves (Org.). **A escola e a inclusão social: na perspectiva**

da educação especial. 2. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

MORAES, Marcelo Rodrigues de; HUMMEL, Eromi Izabel; SILVA, Eliane Paganini da. Tecnologia Assistiva como Recurso Pedagógico: Concepções dos Docentes das Salas de Recursos Multifuncionais. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, ano V, vol. 15, n. 43, Boa Vista, 2023. Disponível em: <http://www.ioles.com.br/boca>. ISSN: 2675-1488.

NÓVOA, António. **Professores: Imagens do futuro presente**. Educa. Lisboa, 2009. Disponível em: <https://rosaurasoligo.files.wordpress.com/2017/04/antc3b3nio-nc3b3voa-professores-imagens-do-futuro-presente.pdf>. Acesso em: 04 Ago 2023.

OLIVEIRA, Fabiola Rolim de; ARAÚJO, Michael Douglas Batista de; SILVA, José Lindemberg Bernardo da. **O papel do professor na educação inclusiva**. VI Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/anais/conedu>.

OLIVEIRA, Janine Barbosa de; PAGANINI-DA-SILVA, Eliane. **Formação de professores: um novo olhar sobre o planejamento educacional individualizado para a educação inclusiva**. In: VIEIRA, Leociléa Aparecida; CIRINO, Roseneide Maria Batista. Educação inclusiva: desafios e caminhos para a valorização da diferença. Paranaguá: UNESPAR, 2024. p. 286.

OLIVEIRA, Valéria Marques de; SAMPAIO, Ana Alice Kulina Esteves. Invariantes funcionais piagetianos na educação do aluno em situação de deficiência intelectual: um caminhar entre permanências e mudanças. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 7, e-7061, 2022.

PACHECO, José. **Por uma educação do ser: contribuições para um ensino que se quer inteligente, afetivo e criativo**. Porto: ASA, 2001.

PAGANINI-DA-SILVA, E. **Ser professor e a relação ensino-aprendizagem: uma contribuição piagetiana**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2015, 253 f. p. 77.

PARANÁ. **Deliberação nº 02/2016**. Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2016. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Deliberacao02_2016.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. In: GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise (orgs). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 17-32.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. In: GLAT,

Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise (orgs). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013. Cap. 1, p. 32.

PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

PIAGET, Jean. **A construção do real na criança**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1973.

PIMENTA, Selma Garrido. **Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 521-539, set./dez. 2005.

SANCHIS, Isabelle de Paiva; MAHFOUD, Miguel. **Interação e construção: o sujeito e o conhecimento no construtivismo de Piaget**. Ciências & Cognição, 2007, v. 12, p. 165-177. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org>. Acesso em: 20 set. 2024.

SECUNDINO, Francisco Karyvaldo Magalhaes; SANTOS, João Otacílio Libardoni dos. (2023). **Educação especial no Brasil: um recorte histórico-bibliográfico**. SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5582>.

SILVA, Eliane Paganini da. **A profissionalização docente: identidade e crise**. 2006. 224 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2006.

SOUZA, D. R. de; SILVA, E. R. da. **Profissão docente e formação de professores para a educação básica**. Educação e Sociedade, v. 26, n. 91, p. 207-226, 2005. DOI: 10.1590/S0101-73302005000100012. Disponível em: SciELO.

VALADÃO, Gabriela Tannús. **Planejamento educacional individualizado na educação especial: propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha**. Dissertação de Mestrado, UFSCAR, São Carlos/SP, 2010.

VALADÃO, Gabriela Tannús. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: avaliação de um programa de formação continuada para educadores**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

VALENTE, José Armando. A Comunicação e a Educação baseada no uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. **Revista UNIFESO – Humanas e Sociais**, v. 1, n. 1, 2014, p. 141-166.

UCHÔA, M. M. R.; CHACON, J. A. V.. Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra. **Revista Educação Especial**, 35, e46/1–18, 2022. <https://doi.org/10.5902/1984686X69277>

UMUARAMA (Estado do Paraná). **Lei nº 4.090**, de 23 de junho de 2015. Institui o Plano Municipal de Educação, na conformidade dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 8º, da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação. 2015.

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Prezado(a) Colaborador(a),
Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **Planejamento Educacional Individualizado**, que faz parte do curso de pós-graduação de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva, sob a responsabilidade da discente Janine Barbosa de Oliveira, da instituição Universidade Estadual do Paraná, que irá contribuir para o conhecimento investigativo do uso e elaboração do plano educacional individualizado na rede municipal de ensino de Umuarama, Paraná. O presente projeto de pesquisa foi aprovado pelo CEP UNESPAR.

DADOS DO PARECER DE APROVAÇÃO

Emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CEP UNESPAR.

Número do parecer: 68189023.4.0000.9247. Data da relatoria:02/06/2023.

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: A sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma: participação de um questionário, em formato digital, via *google forms*, para coleta de dados. O questionário tem como tema central a investigação das estratégias que orientam o trabalho do professor especialista que atende estudantes com deficiência em salas de recursos multifuncionais na realização do planejamento Educacional Individualizado.

2. RISCOS E DESCONFORTOS: Informamos que poderão ocorrer os riscos/desconfortos a seguir: dúvidas quanto a interpretação das questões ou não obter a resposta das mesmas no momento da realização do questionário; constrangimento na disponibilização de suas respostas com receio de eventuais repercussões; risco quanto ao tempo despendido para a realização das respostas. A fim de minimizar os riscos, serão assegurados os princípios éticos da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, esse que discorre em torno de detalhes da pesquisa, tal como a confidencialidade em torno dos dados dos professores que irão fazer parte deste estudo. Além disso, será assegurado que as questões referentes à pesquisa serão estritamente profissionais, referente ao seu trabalho profissional enquanto professor, em nenhum momento serão levantadas questões pessoais e íntimas sobre sua pessoa. Lembramos que a sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

3. BENEFÍCIOS: Os benefícios esperados são: contribuição, através da sua experiência de trabalho descrita na pesquisa, com o estudo apresentado bem como seu desenvolvimento até a efetivação da análise final dos dados e a publicação de resultados interessantes para a comunidade de professores.

4. CONFIDENCIALIDADE: Informamos ainda que suas as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Seus dados pessoais não serão solicitados para a pesquisa, sendo prioritariamente

solicitados dados profissionais, os quais ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum do questionário disponibilizado, nem quando os resultados forem apresentados.

Além disso, os dados a serem coletados só serão utilizados para fins de publicações científicas, num período de até 05 anos, contados a partir do ano de 2023. Após este período os dados serão descartados.

5. ESCLARECIMENTOS: Caso você tenha mais dúvidas ou necessite esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UNESPAR, cujo endereço consta deste documento.

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o **pesquisador responsável**, conforme o endereço abaixo.

Nome do pesquisador responsável: Janine Barbosa de Oliveira

Endereço: Rua Pato Branco, 4165, Jardim Oriente - CEP 87508-126

Telefone para contato: 44-984545542

E-mail: janine.oliveira@edu.umuarama.pr.gov.br

Horário de atendimento: Horário comercial

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (CEP) envolvendo Seres Humanos da UNESPAR, no endereço abaixo:

CEP UNESPAR

Unespar Campus Paranavaí – Avenida Gabriel Esperidião, S/N – Sala 20, Jardim Morumbi, Paranavaí - PR | CEP: 87.703-000

Telefone: (44) 3424.0100 | E-mail: cep@unespar.edu.br

6. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso o(a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

7.1 CUSTOS: Foi esclarecido de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação na pesquisa, tendo em vista que sua participação é voluntária.

8.1 PREENCHIMENTO DO TERMO: Após a leitura do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO , ao clicar no botão para prosseguir, concorda com a participação na pesquisa supracitada. Este termo deverá ser preenchido e uma cópia do TCLE do formulário será enviada ao e-mail do

participante e caso queira ter acesso ao texto, poderá entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento pelo e-mail informado.

1. E-mail *

2. *

Após a leitura do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa?

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
- Não.

APÊNDICE 2

QUESTIONÁRIO “PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO”

Esta pesquisa é parte do processo de desenvolvimento da dissertação para conclusão do PROFEI - Mestrado Profissional em Educação Inclusiva e tem por objetivos: conhecer sua atuação enquanto professor(a) especializado(a) das Salas de Recursos Multifuncionais; analisar a presença do Planejamento Educacional Individualizado (PEI) e sua utilização enquanto recurso no na construção do processo de aprendizagem de estudantes atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais da Rede Municipal de Ensino de Umuarama - PR.

A partir dos dados coletados serão desenvolvidos três encontros online para debate, construção e aplicação do PEI.

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO - Coleta de dados

3. * Há quanto tempo você atua como professor (a) em Sala de Recursos Multifuncionais na rede municipal de Ensino?

Marcar apenas uma oval.

- Há menos de 3 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Entre 6 e 9 anos
- Há mais de 10 anos

4. * Quantos estudantes você atende semanalmente?

Marcar apenas uma oval.

- Até 5 estudantes.
- De 5 a 10 estudantes.
- De 10 a 15 estudantes.
- Acima de 15 estudantes.

5. * Você encontra barreiras para desenvolver atividades de acordo com as especificidades de cada estudante?

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
- Não.

6. Se a resposta for "SIM", quais seriam essas barreiras?

7. * Você conhece o Planejamento Educacional Individualizado?

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
- Não

8. * Você utiliza o Planejamento Educacional Individualizado?

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
- Não

9. * Com qual frequência você utiliza/atualiza esse instrumento (PEI)?

Marcar apenas uma oval.

- Mensalmente.
- Trimestralmente.

- Semestralmente.
 - Anualmente.
 - Nunca.
10. * Descreva qual dificuldade você encontra ao construir ou aplicar o PEI como instrumento norteador do trabalho pedagógico nas Salas de Recursos Multifuncionais.
- 11.* Assinale as dificuldades que você encontra no processo de construção e utilização do PEI.
Marque todas que se aplicam.
- Falta de tempo para planejar.
 - Falta de recursos para propor atividades diversificadas.
 - Curto período de tempo entre a anamnese, a mediação e a avaliação.
 - Sobrecarga de trabalho do(as) professores(as), dificultando o planejamento e o preparo das aulas.
 - Conteúdos curriculares inadequados às necessidades dos estudantes.
 - Carência de infraestrutura física e/ou pedagógica.
 - Desinteresse do estudante.
12. Para você, qual a importância do Planejamento Educacional Individualizado?
Marcar apenas uma oval.
- Extrema importância.
 - Importante.
 - Fundamental.
 - É mais um instrumento, que pode ser dispensável.
 - Supérfluo.
13. * Justifique sua resposta à pergunta anterior.

Obrigada pela participação!

APÊNDICE 3

PROPOSTA DE FORMAÇÃO: DESENVOLVIMENTO E APRIMORAMENTO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)

Mestranda Janine Barbosa de Oliveira

Abertura/Recepção dos Professores/Acolhimento

Boas-vindas aos participantes.

Apresentação do objetivo da formação: aprimorar a elaboração e execução do Planejamento Educacional Individualizado (PEI) para melhor atender às necessidades dos alunos.

Compartilhar as etapas da proposta da formação.

A formação está dividida em 4 momentos:

1. Apresentação e análise dos itens do PEI.
2. Comparação de 2 PEIs para Desenvolver uma Determinada Habilidade.
3. Apresentação de Recursos Diferenciados e Lúdicos.
4. Estudo de Caso Fictício para Construção Coletiva de um PEI.

Início da Discussão

Discussão sobre o PEI: O que deve constar nesse documento?

Apresentação das características essenciais do PEI. Entregar uma cópia aos professores.

O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) é um documento fundamental para o atendimento educacional personalizado de alunos com necessidades específicas. Os itens que devem constar nesse documento podem variar de acordo com as legislações educacionais locais, mas geralmente incluem:

Dados do Aluno:

Nome completo do aluno.
Data de nascimento.
Dados de contato.
Outras informações pessoais relevantes.

Contextualização da Situação Escolar:

Descrição do contexto escolar atual do aluno.
Histórico de aprendizado e experiências anteriores.

Perfil do Aluno:

Levantamento das habilidades, competências e potencialidades do aluno.
Avaliação das necessidades educacionais especiais.

Objetivos Educacionais:

Estabelecimento de metas e objetivos educacionais específicos para o aluno.
Definição clara dos resultados esperados.

Adaptações e Estratégias Pedagógicas:

Descrição das adaptações necessárias para o ambiente escolar.
Estratégias pedagógicas diferenciadas para atender às necessidades do aluno.

Recursos e Apoios Específicos:

Identificação dos recursos educacionais especializados necessários.
Descrição de apoios técnicos e humanos requeridos.

Avaliação e Monitoramento:

Critérios de avaliação específicos para o aluno.
Procedimentos e instrumentos de avaliação adaptados.
Frequência de avaliação e monitoramento do progresso.

Participação dos Pais/Responsáveis:

Envolvimento da família no processo educacional.
Compartilhamento de informações relevantes para o desenvolvimento do aluno.
Plano de Transição:

Se aplicável, elaboração de um plano de transição para momentos de mudança educacional, como transição de séries ou etapas escolares.

Data de Revisão:

Indicação da periodicidade de revisão do PEI para garantir sua atualização conforme o progresso do aluno.

Lembrando que esses são itens gerais, e a legislação local ou as políticas educacionais podem determinar outros elementos específicos a serem incluídos no PEI. Além disso, a construção do PEI deve ser feita de forma colaborativa, envolvendo professores, especialistas em educação especial, pais e, quando possível, o próprio aluno.

Perguntas problematizadoras:

Como vocês preparam o PEI?

Baseado nos conteúdos da sala regular ou nas habilidades específicas que vocês querem desenvolver no estudante?

Ouvir as respostas dos professores.

Comparação de 2 PEIs para Desenvolver uma Determinada Habilidade estudante estudante com nível de escrita “Inter 2”, nível 1 do TEA:

Apresentação de dois PEIs: um com falhas e incoerências, outro melhorado e alinhado com os objetivos.

<p>PEI 1: Desenvolvimento da Leitura (3º Ano)</p> <p>I. Objetivo Educacional:</p> <p><u>Meta a Curto Prazo:</u> Realizar leitura de textos curtos até o final do semestre.</p> <p><u>Meta a Médio Prazo:</u> Identificar palavras-chave em textos de dificuldade moderada.</p> <p><u>Meta a Longo Prazo:</u> Alcançar a fluência na leitura de parágrafos simples até o final do ano.</p> <p>II. Adaptações e Estratégias Pedagógicas:</p> <p><u>Adaptações no Ambiente Escolar:</u> Nenhuma adaptação específica.</p> <p><u>Estratégias Pedagógicas:</u> Utilização exclusiva de material didático padrão, sem considerar o nível atual de habilidades de leitura.</p> <p>III. Recursos e Apoios Específicos:</p> <p><u>Recursos Educacionais Especializados:</u> Não há recursos específicos identificados.</p> <p><u>Apoios Técnicos e Humanos:</u> Sem assistência de professor de apoio em sala.</p> <p>IV. Avaliação e Monitoramento:</p> <p><u>Critérios de Avaliação:</u> Baseada apenas em avaliações escritas tradicionais.</p> <p><u>Instrumentos de Avaliação:</u> Provas escritas regulares.</p> <p><u>Frequência de Avaliação:</u> Avaliações apenas ao final de cada bimestre.</p> <p>V. Participação dos Pais/Responsáveis:</p>	<p>PEI 2: Desenvolvimento da Leitura (3º Ano)</p> <p>I. Objetivo Educacional:</p> <p><u>Meta a Curto Prazo:</u> Identificar e pronunciar corretamente as letras e sons do alfabeto até o final do primeiro trimestre.</p> <p><u>Meta a Médio Prazo:</u> Ler palavras simples de forma fluente até o final do semestre.</p> <p><u>Meta a Longo Prazo:</u> Compreender e interpretar textos curtos até o final do ano.</p> <p>II. Adaptações e Estratégias Pedagógicas:</p> <p><u>Adaptações no Ambiente Escolar:</u> Uso de cartilhas fônicas e material didático adaptado.</p> <p><u>Estratégias Pedagógicas:</u> Integração de jogos educativos e atividades práticas para tornar o aprendizado mais dinâmico e lúdico.</p> <p>III. Recursos e Apoios Específicos:</p> <p><u>Recursos Educacionais Especializados:</u> Utilização de software educacional para reforçar a prática da leitura.</p> <p><u>Apoios Técnicos e Humanos:</u> Acompanhamento semanal de um professor de apoio em sala.</p> <p>IV. Avaliação e Monitoramento:</p> <p><u>Critérios de Avaliação:</u> Avaliação contínua, considerando a participação ativa nas atividades práticas.</p> <p><u>Instrumentos de Avaliação:</u></p>
---	---

<p><u>Envolvimento Familiar:</u> Comunicação apenas em caso de baixo desempenho geral.</p>	<p>Avaliação de leitura oral, atividades práticas e avaliações escritas. <u>Frequência de Avaliação:</u> Avaliações mensais para monitorar o progresso e ajustar estratégias conforme necessário.</p> <p>V. Participação dos Pais/Responsáveis:</p> <p><u>Envolvimento Familiar:</u> Reuniões mensais para compartilhar progressos, esclarecer dúvidas e discutir estratégias de apoio em casa.</p>
--	--

Discussão:

O que diferencia os dois PEIs?

Como aprimorar o PEI 1 para torná-lo mais eficaz?

As propostas do PEI 2 são suficientes para alcançar essa habilidade?

O que vocês fariam de diferente no PEI 2?

O que poderia ser retirado e por quê?

O que poderia ser acrescentado e por quê?

Apresentação de Recursos Diferenciados e Lúdicos:

Apresentação de um blog com recursos e propostas pedagógicas diferenciadas e lúdicas.

Discussão sobre a integração desses recursos no PEI.

Estudo de Caso Fictício para Construção de um PEI:

Apresentação de um estudo de caso fictício.

Trabalho em grupo para construção de um PEI, aplicando os conhecimentos adquiridos durante a formação.

Estudo de Caso Fictício - Dificuldade em Cálculo e Associação de Números às Quantidades

Vamos considerar o caso fictício do aluno João, um estudante do 2º ano com Síndrome de Down que possui dificuldades em realizar cálculos matemáticos básicos e associar números às quantidades de forma eficaz. A partir desse cenário, iremos promover um trabalho em grupo para a construção coletiva de um Planejamento Educacional Individualizado (PEI) que atenda às necessidades específicas desse aluno.

Desafios Identificados:

- Dificuldade em Cálculos Básicos:
- João apresenta desafios ao realizar operações simples de adição e subtração.
- Associação Números-Quantidades:
- Demonstrou dificuldade em associar corretamente números às quantidades representadas visualmente.

I. Objetivos Educacionais:

Meta a Curto Prazo: Realizar operações de adição e subtração com números até 20.

Meta a Médio Prazo: Associar números às quantidades representadas visualmente em atividades práticas.

Meta a Longo Prazo: Desenvolver autonomia em cálculos e reconhecimento numérico até o final do ano.

II. Adaptações e Estratégias Pedagógicas:

Adaptações no Ambiente Escolar:

Estratégias Pedagógicas:

III. Recursos e Apoios Específicos:

Recursos Educacionais Especializados:

IV. Avaliação e Monitoramento:

Critérios de Avaliação:

V. Participação dos Pais/Responsáveis:
Envolvimento Familiar:

Data de Revisão:

Discussão sobre as propostas realizadas

Abrir um espaço de fala para os professores compartilharem as estratégias que propuseram, se gostariam de acrescentar ou suprimir um outro item.

Encerramento

Agradecimento aos participantes.

Convite para compartilhar experiências e aprendizados.

Informações sobre o blog e recursos disponíveis para suporte contínuo.

ANEXO 1

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa:

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUAL

Pesquisador: Janine Barbosa de Oliveira

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 68189023.4.0000.9247

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Paraná

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.097.030

Apresentação do Projeto:

Foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2093991.pdf, de 19/05/2023): RESUMO, HIPÓTESE (SE HOUVER), METODOLOGIA, CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO.

Resumo:

O presente projeto tem por objetivo investigar a realização e utilização do Planejamento Educacional Individualizado (PEI), como estratégia que orienta o trabalho do professor especialista no atendimento de alunos com deficiência em salas de recursos multifuncionais. Como objetivos específicos pontuou-se analisar as políticas de formação de professores da Educação Básica no Brasil, com foco na formação continuada; a partir daí, organizar uma formação continuada aos professores das salas de recursos multifuncionais acerca da elaboração e uso do PEI que resultará em um produto educacional (blog educativo) considerando os dados coletados junto aos professores especialistas da rede municipal de ensino de Umuarama-PR. Ao observar as lacunas existentes no atendimento a estudantes com deficiência em salas de recursos multifuncionais, nos deparamos à necessidade de formações específicas que contemplem estratégias que valorizem o saber do estudante e norteiam o trabalho do docente. Dessa forma, o PEI

contribui para que os saberes do estudante sejam valorizados e a partir de suas singularidades, seja proposto estratégias que visem diminuir essas lacunas. Os procedimentos metodológicos propostos para a investigação serão de natureza qualitativa com pesquisa documental e questionário com questões abertas e fechadas, contando com a participação de vinte e quatro professores especialistas que trabalham nas salas de recursos multifuncionais do município. A metodologia proposta segue a sistematização da pesquisa colaborativa, buscando compreender as demandas necessárias na formação continuada dos docentes, na perspectiva da elaboração e uso do PEI, na rede. A partir da análise das respostas do questionário, será elaborada uma proposta de formação com a intenção de aplicação na rede municipal de ensino, que acontecerá no decorrer do ano letivo, a fim de orientar o professor atuante em salas de recursos multifuncionais da rede municipal. Os materiais construídos para a formação serão incorporados como um suporte teórico em formato digital e disponibilizado em um blog educativo, considerando os dados coletados junto aos professores, com encaminhamentos de elaboração do PEI, estratégias e recursos indicados para desenvolver determinadas habilidades tanto cognitiva, quanto da rotina diária dos estudantes.

Hipótese:

Partindo do pressuposto de que o planejamento Educacional Individualizado é um documento norteador do trabalho pedagógico, “com vistas a responder às singularidades e possibilidades de cada aluno [...]” (PLETSCH e GLAT, 2013, p. 3), considerando o questionamento levantado, este projeto busca ofertar formação continuada aos professores especialistas quanto à elaboração do planejamento Educacional Individualizado para atender as particularidades do estudante. Para efetivação da formação será desenvolvido um guia prático, em formato digital, a ser disponibilizado aos docentes em diferentes ferramentas tecnológicas para consultas posteriores à formação.

Metodologia Proposta:

O estudo é apresentado por meio de pesquisa qualitativa, no sentido de aprofundar a compreensão particular do planejamento Educacional Individualizado e os seus resultados; levantando questões que podem gerar investigações, contribuindo para o entendimento da educação de áreas afins, possibilitando ampliar o tema e objeto desta pesquisa. Esse tipo de pesquisa valoriza o ser humano, estimula os envolvidos a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Elas fazem emergir aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. São usadas quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação” (GODOY, 1995).Esse processo se dará, como primeiro passo de pesquisa, a aproximação com o grupo em que se deseja trabalhar por meio da adesão voluntária. A escolha se dará por convenção. Será encaminhado um convite via whatsapp, pela Secretária Municipal de Educação de Umuarama, especificamente aos professores das salas de recursos multifuncionais. Os professores serão convidados a participar de uma coleta de dados via link do Google Forms com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e questionário conforme anexo

Questionário para coleta de dados.

Serão participantes da pesquisa e formação, vinte quatro professores que trabalham nas salas de recursos multifuncionais do município. Na sequência, da abordagem, será proposto de forma qualitativa, o tipo específico de pesquisa colaborativa, a qual se comprometeu com a resolução de problemas evidenciados na realidade educacional incentivando o protagonismo do professor participante como coprodutor de conhecimentos capazes de provocar mudanças na cultura escolar, contribuindo ao mesmo tempo para melhorias no trabalho pedagógico e desenvolvimento profissional dos professores e da referida

pesquisadora. Partindo dessa investigação, por meio do questionário, pretende-se ofertar uma formação acerca do PEI. A partir da análise das respostas do questionário, será elaborada uma proposta de formação com a intenção de aplicação na rede municipal de ensino, que acontecerá no decorrer do ano letivo, a fim de orientar o professor atuante em salas de recursos multifuncionais da rede municipal. Os procedimentos de elaboração do PEI, será proposto de forma a potencializar a troca de experiências

e ampliar suas perspectivas. Os materiais construídos para a formação serão incorporados como um suporte teórico em formato digital e disponibilizado em um blog educativo, considerando os dados coletados junto aos professores, com encaminhamentos de elaboração do PEI, estratégias e recursos indicados para desenvolver determinadas habilidades tanto cognitiva, quanto da rotina diária dos estudantes. Essa formação

acontecerá via plataforma Google Meet, com duração de 1h30min cada encontro e contará com a participação de 24 (vinte quatro) professores que trabalham nas salas de recursos multifuncionais do município de Umuarama. A pesquisa colaborativa integra a presente pesquisadora e professores das salas de recursos multifuncionais da rede pública de ensino de Umuarama-Pr, favorece troca entre os conhecimentos produzidos sobre a elaboração do Planejamento Educacional Individualizado, o uso e aplicação desse instrumento por esses profissionais, ampliando as possibilidades de reflexões e práticas didático-pedagógicas. No processo de construção da pesquisa a partir da proposta de colaboração crítica, segundo Magalhães (2011), a organização da pesquisa e seus encaminhamentos são negociados entre os envolvidos (professores e pesquisadora), sendo flexibilizados e orientados em acordo com as necessidades vivenciadas relatadas pelos participantes. Segundo, Pimenta 2005, essa compreensão da realidade, é fruto da "reflexão na ação", e aponta as decisões que o grupo de professores é chamado a tomar no cotidiano escolar para tentar conduzir da melhor forma.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar as estratégias que orientam o trabalho do professor especialista que atende estudantes com deficiência em salas de recursos multifuncionais na realização do planejamento Educacional Individualizado, como instrumento para efetivação do trabalho docente, inovando a prática pedagógica, levando-o a uma reflexão crítica das questões de ensino-aprendizagem, buscando meios para a sua reformulação e desenvolvimento, a fim de atender com qualidade os estudantes público alvo da educação especial.

Objetivo Secundário:

Analisar as políticas de formação de professores da Educação Básica no Brasil, com destaque na modalidade de formação continuada.

Compreender os conhecimentos dos professores das salas de recursos multifuncionais da rede municipal de ensino de Umuarama-Pr, acerca do PEI e o percurso para a formulação dos mesmos como estratégia de organização da proposta curricular para atendimento de alunos com deficiência. Organizar uma formação continuada aos professores das salas de recursos multifuncionais acerca da elaboração e uso do PEI.

Elaborar um produto educacional (blog educativo), embasado por uma revisão narrativa sobre o planejamento Educacional Individualizado, considerando os dados coletados junto aos professores das salas de recursos multifuncionais da rede municipal de ensino de Umuarama-Pr.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Informamos que poderão ocorrer os riscos/desconfortos a seguir: dúvidas quanto a interpretação das questões ou não obter a resposta das mesmas no momento da realização do questionário; constrangimento na disponibilização de suas respostas com receio de eventuais repercussões; risco quanto ao tempo despendido para a realização das respostas.

A fim de minimizar os riscos, serão assegurados os princípios éticos da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, esse que discorre em torno de detalhes da pesquisa, tal como a confidencialidade em torno dos dados dos professores que irão fazer parte deste estudo. Além disso, será assegurado que as questões referentes à pesquisa serão estritamente profissionais, referente ao seu trabalho profissional enquanto professor, em nenhum momento serão levantadas questões pessoais e íntimas sobre sua pessoa.

Lembramos que a sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Benefícios:

Os benefícios esperados são: contribuição, através da sua experiência de trabalho descrita na pesquisa, com o estudo apresentado bem como seu desenvolvimento até a efetivação da análise final dos dados e a publicação de resultados interessantes para a comunidade de professores.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada com professores que atuam na sala de recursos multifuncionais do município de Umuarama - PR.

O convite será feito por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas e a coleta de dados ocorrerá por meio de um formulário eletrônico online.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos necessários para a avaliação foram apresentados e estão de acordo com as resoluções do CNS.

Recomendações:

Vide Campo “Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações”.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências apontadas na última avaliação foram corrigidas, não restando óbices éticos para a realização da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo “relatório” para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Resolução CNS nº 466/12, item XI.2.d e Resolução CNS nº 510/16, art. 28, item V.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situaçã
----------------	---------	----------	-------	---------

				o
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2093991.pdf	19/05/2023 09:03:04		Aceit o
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Janine_oliveira.pdf	19/05/2023 09:02:40	Janine Barbosa de Oliveira	Aceit o
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	RoteirodoProjetonaplataforma.pdf	19/05/2023 09:02:04	Janine Barbosa de Oliveira	Aceit o
Outros	Carta_resposta_ao_CEP_janine.pdf	19/05/2023	Janine Barbosa de	Aceit o

Outros	Carta_resposta_ao_CEP_janine.pdf	09:01:45	Oliveira	Aceit o
Recurso Anexado pelo Pesquisador	Formulario_Google_TCLE.pdf	19/05/2023 09:00:23	Janine Barbosa de Oliveira	Aceit o
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Janine_B_Oliveira.pdf	20/04/2023 22:22:44	Janine Barbosa de Oliveira	Aceit o
Declaração de Instituição e Infraestrutura	JANINE_BARBOSA_OLIVEIRA_TERMO.pdf	20/04/2023 22:22:16	Janine Barbosa de Oliveira	Aceit o

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

PARANAÍ, 02 de Junho de 2023

Assinado por:
Willian Augusto de Melo
(Coordenador(a))